

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**  
**30/2015, QUE TRATA DA TERCEIRIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 18 DE FEVEREIRO DE**  
**2016, ÀS 14H.**

---

ATA Nº 002

PRESIDENTE - DEPUTADO PEDRO SATÉLITE

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Boa tarde a todos!

Primeiramente, quero agradecer a Deus, dar as boas-vindas a todos e ao nosso querido Senador Paulo Paim.

Declaro aberta esta Audiência Pública que trata da terceirização, bem como da Lei Complementar nº 30/15, que dispõe sobre os contratos de terceirização de relações do trabalho dele decorrente.

Convido para fazer parte da mesa o autor do Requerimento, Senador da República, Paulo Paim; Senador José Medeiros; 1º Secretário desta Casa, Deputado Nininho; Deputado Altir Peruzzo; Sr. Leda Borges de Lima, Juíza do Trabalho, neste ato representando a Desembargadora Maria Beatriz Theodoro Gomes, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região; Maximiliano Nagl Garcez, Coordenador do Fórum Nacional dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização; João Dourado, Presidente da Central Única dos Trabalhadores-CUT; Vera Jatobá, Diretora da Superintendência Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho; José Calixto Ramos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria e da Nova Central Sindical de Trabalhadores; Miranda Muniz, Diretor de Comunicação da Central dos Trabalhadores do Brasil; Amarildo Borges, Superintendente Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho; Antônio Wagner Oliveira, Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros; Sônia Rocha, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Financeiro - Contraf - MT; Vanderly Scarabelli, Coordenador Estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST; Lívia dos Anjos, membro do Diretório da Central dos Estudantes de Cáceres.

Após a composição da mesa, convido a todos para, em pé, ouvirmos o Hino Nacional.

(O HINO NACIONAL É EXECUTADO.)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (EDSON PIRES) - A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa agradece a presença das seguintes autoridades: Ubiratan Spinelli, ex-Deputado Estadual e ex-Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso; Arilson da Silva, Vereador da Câmara Municipal de Cuiabá; Vereadora Ivani Cardoso Dalla Valle, Presidente da Câmara Municipal de Juína; Geraldo Antônio Ferreira, Vereador da Câmara Municipal de Juína; Nadiley Soares Teixeira, Vereadora da Câmara Municipal de Juína; Cido Mendonça, Suplente de Vereador de Cuiabá; Edmar Leite, Presidente dos Sindicatos dos Trabalhadores dos Correios; Daiane Renner, Presidente do Sindicato dos Servidores do Detran/Sinetran/MT; Karen da Costa Rocha, Presidente Substituta do Sindicato dos Fiscais Estaduais de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso - SINFA/MT; Ademar Antônio da Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cimento, Cal e Gesso de Cuiabá e Região - SINTRACIMENTO/MT; Rejane Lopes, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Hotéis, Pousadas em Rondonópolis; Leonil

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 30/2015, QUE TRATA DA TERCEIRIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 18 DE FEVEREIRO DE 2016, ÀS 14H.

---

Heliodoro da Silva, Presidente do Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado de Mato Grosso - SINDASMAT; Antônio Correa, Presidente do Sindicato dos Técnicos em Segurança do Trabalho/MT; Deosdete Gonçalves da Silva, Presidente dos Sindicatos dos Contabilistas - SINCON/MT; Wilson Antônio de Lima, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção e do Mobiliário do Município de Rondonópolis e Região - SITICOM/MT; Domingos Sávio de Amorim Abreu, Diretor-Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas indústrias extrativas do Estado de Mato Grosso; João Ferreira de Oliveira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Postos de Combustível da Região Sul do Estado de Mato Grosso - SINTRAPOSTOS-SUL; Juliane Maciel, Presidente do Sindicato de Odontologia do Estado de Mato Grosso - SINODONTO/MT; Ricardo Silva de Amaral, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Material Plástico de Mato Grosso - STIPLAST; Jolinei Ribeiro da Cruz, Presidente do Sindicato dos Radialistas de Mato Grosso; Lauro Siqueira, Presidente do Sindicato dos Telefônicos do Estado de Mato Grosso; Luiz Wanderlei dos Santos, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Educação Superior - SINTESMAT; Luiz Benedito de Lima Neto, Presidente do Sindicato dos Engenheiros do Estado de Mato Grosso - SENGE/MT; Leovaldo Antônio Aparecido Duarte, Presidente do SIPROTAF; Dinéia de Souza Costa, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Madeireiras de Sorriso; Claudete Benedita de Azevedo, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário e Têxtil do Estado de Mato Grosso - STIVEST; Isaías Gomes de Souza, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fabricação de Álcool de Jaciara; Joaquim Dias Santana, Presidente do Sindicato da Construção Civil na Baixada Cuiabana e Representante da Contricon - Brasília; Nilce Taconi Bolonhezi, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção e Mobiliário dos Municípios de Vera e Feliz Natal - SITICOM; Antônio Alves Feitosa, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Madeireira do Estado de Mato Grosso; Joacelmo Barbosa Borges, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino no Estado de Mato Grosso - SINTRAE/MT; Raquel Ferreira dos Santos, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Indústria, Construção e Imobiliário do Município de São José do Rio Claro e Região - SITICOM; Alberto de Jesus Araújo, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas na Região Sul de Mato Grosso; Divino Braga, Presidente da Nova Central dos Trabalhadores de Mato Grosso; João Rodrigues de Souza, Presidente da Subsede do SINTEP do Município de Araputanga; Marco Antônio Ferreira Costa, Vice-Presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais do Ministério do Trabalho do Estado de Mato Grosso; José Evandro Navarros, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Carnes e Laticínio do Portal na Amazônia; Aurivan Dourado Alencar, Presidente do Sindicato dos Empregados no Transporte de Valores de Mato Grosso, SINDVALORES; José Ferreira Filho, Presidente do Sindicato dos Representantes Comerciais do Estado de Mato Grosso do Conselho Regional do Estado de Mato Grosso; Antônio Carlos Cândido Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Madeireira do Município de Alta Floresta; Romilda de Farias, Vice-Presidente dos Sindicatos das Agentes Comunitários de Endemias; Maria Rita de Moura, Presidente do Conselho Deliberativo do Estado de Mato Grosso; Ronei de Lima, Presidente da Federação dos Trabalhadores das Indústrias do Estado de Mato Grosso, Presidente dos Trabalhadores de Mato Grosso; Benedito Daltro, Presidente da Federação Sindical dos Servidores Públicos do Estado de Mato Grosso e Vice-Presidente do CSPB-MT; Vilmar Galvão, Vice-Presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado de Mato Grosso; Marli Terezinha Ferreira, representando a Federação dos Trabalhadores da Empresa de Crédito Centro Norte; Leonir Boff, Presidente da Associação dos Docentes da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT; Ana Pereira Leite, representante da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil; Ivo

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 30/2015, QUE TRATA DA TERCEIRIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 18 DE FEVEREIRO DE 2016, ÀS 14H.

---

Leonis Alves Vilela, Diretor da Federação das Indústrias dos Trabalhadores Rodoviários do Estado de Mato Grosso; João Cabral, Diretor do Sindicato Técnico de Segurança do Trabalho de Mato Grosso; João de Deus da Silva Filho, Diretor de Saúde do Trabalhador do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso; Edson Ângelo, Diretor Administrativo do Sindicato dos Trabalhadores da Assembleia Legislativa; Ildomar Zanetti, Diretor Secretário do Sindicato dos Securitários; Yuri de Oliveira Bambir, Diretor Financeiro do Sindicato dos Fiscais de Tributos Estaduais de Mato Grosso, neste ato representando o Presidente Ricardo Bertolini; Jorge dos Santos, Diretor Executivo do Sindicato das Indústrias Alcooleira do Estado de Mato Grosso - SINDAL; Cleiton Alves Braga, Assessor Financeiro, neste ato representando a Sr<sup>a</sup> Zilma Porfírio, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Município de União do Sul; Edson Penha Mendes, Coordenador do Centro de Direitos Humanos Dom Máximo Biennes/Cáceres; agradecemos a presença do pessoal do Movimento Estudantil da UNEMAT; dos professores da UNEMAT; dos companheiros da imprensa; agradecemos também a presença do Sr. Wilson Cutas, Presidente do Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde; Manoel Motta, Suplente de Senador do Senador Wellington Fagundes, Presidente do Partido PCB; SITICOM, Adão Pereira Leão, Presidente.

Feita a leitura dos presentes, agradecemos a presença, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Queremos mais uma vez agradecer a presença de todos, através da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, em especial, da classe trabalhadora que saiu de suas casas para vir participar desta Audiência Pública; agradeço também aos veículos de comunicação, à imprensa falada, escrita e televisionada. Enfim, a todos os senhores e senhoras, em especial, ao Senador José Medeiros, do Estado de Mato Grosso.

E mais uma vez, Senador Paulo Paim, desejo boas-vindas a Vossa Excelência.

Estamos transmitindo ao vivo pela *TV Assembleia* e também no *site* da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso e posteriormente será transmitido pela *TV Senado*.

Neste momento, estamos passando a condução dos trabalhos ao Senador da República, Paulo Paim. Desejamos uma boa Audiência Pública.

Muito obrigado! (PALMAS)

(O SR. SENADOR PAULO PAIM ASSUME A PRESIDÊNCIA, ÀS 15H13MIN.)

O SR. PRESIDENTE (PAULO PAIM) - Boa tarde, meus amigos e minhas amigas!

Uma sindicalista - que eu não vou citar o nome - disse que este boa-tarde está muito fraco. Ela que disse, não fui eu. Então, eu vou dizer de novo: boa tarde!

(A PLATEIA RESPONDE: “BOA TARDE”.)

Agora senti firmeza. Agora vai.

De forma oficial, em nome da Comissão de Direitos Humanos do Senado da República, dou a abertura dos trabalhos, agradecendo, de pronto, a parceria feita com a Assembleia Legislativa da nossa querida cidade de Cuiabá, em Mato Grosso, e dizendo que esta Audiência Pública é uma parceria que estamos fazendo em todos os Estados. Nós fomos já a 21 Estados, este é o 22º, e em todos os estados, no final, nós aprovamos a Carta do Estado. E nesses 21 Estados, até o momento, eu não sei como que é que vai ser aqui, a carta termina repudiando o PL nº 30, que terceiriza tudo, inclusive a atividade-fim. Eu não vou anunciar o que é que pode acontecer aqui, mas posso perguntar o que é que vocês acham que vai acontecer quando terminar aqui. Vocês irão aceitar esse PL ou vou tentar encaminhar pela rejeição?

(A PLATEIA SE MANIFESTA: “PELA REJEIÇÃO.”)

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**  
**30/2015, QUE TRATA DA TERCEIRIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 18 DE FEVEREIRO DE**  
**2016, ÀS 14H.**

---

O SR. PRESIDENTE (PAULO PAIM) - Está bom, ainda não é a votação, pessoal. Eu só quis ver a tendência do Plenário, me parece que está meio dividido... (RISOS)... Não pode levantar o braço, levantar o braço é só no final.

Vamos ver aqui então: aqueles que vão tender, nesta Audiência Pública, a ser contra o PL da terceirização digam “não à terceirização”. Os que forem a favor digam “sim à terceirização”. Quais os que dizem não à terceirização?

(A PLATEIA RESPONDE: “NÃO!”)

E agora, quem diz sim à terceirização? (PAUSA) Sinceramente dizem aqui que não. Mas vamos lá, o debate é que vai dizer na decisão final.

Ainda quero, como faço em todos os Estados, deixar bem claro a todos que não tem aqui disputa partidária e nem de central. Aqui tem uma causa que nós defendemos e que estamos levando por todo o País e está sendo na linha que vocês já apontaram. Por isso, eu quero, de forma muito respeitosa, me dirigir, em primeiro lugar ao Governador do Estado, que foi meu colega no Senado. Então, os meus cumprimentos ao Governador Pedro Taques; os meus cumprimentos ao Vice-Governador Carlos Fávaro; meus cumprimentos ao Prefeito de Cuiabá, Mauro Mendes; meus cumprimentos - e aqui eu vou falar dos três Senadores - na figura do Senador José Medeiros, ao Senador Blairo Maggi, ao Senador Wellington Fagundes e ao suplente do Senador Wellington Fagundes, que está aqui também, o Manoel Motta, e eu quero convidá-lo para fazer parte da mesa.

E na figura do Senador José Medeiros, que está aqui, daremos uma salva de palmas a todas as autoridades. (PALMAS)

Na mesma linha das autoridades, quero com muito carinho - também já está convidado para a mesa - cumprimentar o Manoel Motta, Suplente do Senador Wellington Fagundes.

Quero cumprimentar o Presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, Deputado Estadual Guilherme Maluf, que não criou nenhum obstáculo. Houve Assembleias Legislativas que o Presidente tentou criar obstáculo, mas depois, pela pressão popular, todos ajudaram a organizar e a colocar, inclusive a *TV Assembleia*.

Aqui, eu quero dizer que não houve nenhum obstáculo, então, meus cumprimentos ao Deputado Estadual Presidente da Casa, Deputado Guilherme Maluf, na figura do Deputado Estadual Pedro Satélite, 2º Vice-Presidente, que está presidindo os trabalhos, na figura do Deputado Estadual Deputado Nininho, que me recepcionou na hora do almoço com o Deputado Altir Peruzzo, e também o Deputado Pedro Satélite. Então, na figura dos três Deputados, peço uma salva de palmas à Assembleia Legislativa que montou toda essa estrutura para que estivéssemos aqui neste momento. (PALMAS)

O Deputado Pedro Satélite foi o autor do Requerimento, meus cumprimentos a Vossa Excelência; o Senador lembrou aqui que vai me ajudar nos encaminhamentos, outra questão que quero lembrar, pessoal, é que esta Audiência Pública está sendo transmitida ao vivo pela *TV Assembleia* para todo o País via internet, lá no meu Rio Grande do Sul, na cidade de Canoas, Porto Alegre, que é a capital, pessoas estão assistindo. Também a *TV Assembleia* e a SSPDS estão produzindo e permitindo que essa filmagem vá a todo Brasil, ela será retransmitida pela *TV Senado* para todo o País ainda durante este mês que nós estamos.

Então, a responsabilidade de todos nós aqui, estamos falando para todo o País sobre esse tema.

Quero rapidamente - numa questão ainda protocolar - cumprimentar toda a mesa, o Deputado Estadual Pedro Satélite, que está em exercício na Presidência; José Medeiros, Senador da República, que também é membro da Comissão de Direitos Humanos; Deputado Estadual Ondanir Bortolini, chamado Nininho, Primeiro-Secretário, que é da Casa e está aqui conosco; Altir

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 30/2015, QUE TRATA DA TERCEIRIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 18 DE FEVEREIRO DE 2016, ÀS 14H.

---

Peruzzo, também Deputado Estadual; Dr<sup>a</sup> Leda Borges Lima, Juíza do Trabalho; Maximiliano Garcez, que coordena o Fórum dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização, que tem viajado conosco por todo o País; João Dourado, Presidente da Central Única dos Trabalhadores; José Calixto Ramos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores e da Nova Central, que tem também viajado conosco; Vera Jatobá, Diretora do Sindicato Nacional do Trabalho - SINART; Miranda Muniz, Diretor da Comunicação da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, CTB; Amarildo Borges, Superintendente Regional do Trabalho e do Ministério do Trabalho; Antônio Wagner Oliveira, Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros - CSB; Meraldo Sá, Deputado Estadual, também presente, satisfação recebê-lo; Sônia Rocha, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Financeiro - CONTRAF - MT; Vanderly Scarabelli, Coordenador Estadual dos Trabalhadores Rurais e Sem Terra, seja muito bem-vindo; Livia dos Anjos, Membro Diretório Central dos Estudantes Municipais de Cáceres.

Muito bem, pessoal, esses são os que estão aqui na mesa, eu vou agora rapidamente informar como será a nossa assembleia. Também me lembram que está presente pela Nova Central, agradeço a Nova Central ISSPB pela filmagem, na pessoa do José Calixto, que é o Presidente da Nova Central.

Mas deixem-me dizer como é que irão se desenrolar os trabalhos, pessoal. Nós vamos, em primeiro lugar, passar a palavra aos que estão na mesa. Falarão os Senadores e os Deputados, em seguida, e naturalmente, os outros que estão na mesa. Depois eu abrirei a palavra ao Plenário para aqueles que quiserem também expressar o seu ponto de vista sobre esse projeto.

É importante, pessoal, que saibamos aplaudir, se tiver alguém que venha defender contra o nosso ponto de vista, que a posição majoritária é essa, nós saberemos também respeitar, isso é democracia.

Nos vinte e um Estados por onde eu passei, apareceram um ou dois que tinha uma visão diferente e não foram vaiados, expressaram o seu ponto de vista com uma ampla maioria, também recebeu as palmas pela forma como defendeu a derrubada deste Projeto.

Eu quero só uma introdução, eu acabo falando, porque eu estou presidindo praticamente toda a tarde. Uma Audiência Pública como esta não termina antes das 18 horas, houve Estados que foi até 19 horas, 20 horas. Nós temos um problema de voo. Como há problema de voo, eu não poderei ficar até mais que às 19 horas, em torno das 19 horas.

De imediato, pessoal, eu tenho que sintetizar para vocês esse Projeto.

O projeto estava encalacrado, estava depositado há onze anos na Câmara dos Deputados. Do dia para a noite, o encaminharam ao Senado, aprovado numa Sessão truculenta e turbulenta.

O presidente daquela Casa não respeitou sequer que a Redação Final chegasse ao Plenário, já estavam discutindo, e quando a Redação chegou, botaram em votação.

Eu estava no hospital, eu tinha feito uma operação de vesícula, mas estava assistindo a Sessão que estava na Câmara. Lá mesmo do hospital, fizemos contatos com as Centrais, com as Confederações e marcamos já numa Sessão de emergência na Comissão de Direitos Humanos, uma Audiência Pública, que ficou lotada.

Nesta Audiência Pública, já marcamos outra para o Petrônio Portela, onde reunimos mais de mil dirigentes. Foi nesta Audiência Pública, no Petrônio Portela, no Senado, com mais de mil dirigentes de todo o País, de todas as Centrais e mesmo uma que tinha discordância acabou depois aderindo, que nós decidimos viajar o País, para as 27 Capitais, defendendo o nosso ponto de vista que é contra um projeto, que está comprovado, e aqui vai ser dito. Por exemplo, que a

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 30/2015, QUE TRATA DA TERCEIRIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 18 DE FEVEREIRO DE 2016, ÀS 14H.

---

cada cinco mortes no trabalho, quatro são de empresas terceirizadas; de cada dez acidentes, oito são de empresas terceirizadas; de cada cem ações na Justiça, 80% são de empresas terceirizadas.

E poderíamos alavancar inúmeros outros números. Salários, há casos que chegam a 60% a menos de quem está na empresa matriz e quem está numa empresa terceirizada.

Poderíamos mostrar aqui o vale refeição, o vale transporte, o banheiro, inclusive; o refeitório é diferenciado, é tudo diferenciado. E nós não queremos trabalhadores de primeira, de segunda e nem de terceira categoria. Trabalhadores são um só e os direitos são iguais para todos os trabalhadores.

E é nesta linha que estamos atuando, é nessa linha que nós queremos dizer para vocês, que a tendência, é claro, eu vou visitar as 27 unidades da federação, é que como eu sou o Relator desse PLC 30, a minha tendência é a rejeição do Projeto que veio da Câmara e a aprovação de um projeto que seja resultado dessa cruzada a nível nacional que todos nós fizemos. Eu digo que esse projeto, da forma que está, chega a ser análogo, no mínimo, ao próprio trabalho escravo. E nós temos dito que trabalho escravo não regulamentamos, trabalho escravo nós proibimos.

Nessa visão, meus amigos, é que nós queremos neste momento dizer que vocês irão dar aqui o 22º voto, eu diria, pois amanhã eu já vou para Campo Grande, nós vamos ter esta mesma Audiência Pública amanhã, às 14 horas.

No dia 25 deste mês ainda, estaremos em Aracaju; no dia 26, em Maceió; no dia 10 de março, em Palmas, e no dia 11, termina em Goiânia. E, então, pretendemos fazer um grande encontro nacional em Brasília, com líderes de todos os estados, para no dia 12 de maio, essa data indicativa, tirar uma decisão final, e eu apresentarei um relatório que pretendo encaminhar para a votação do Senado da República, rejeitando a Câmara e aprovando essa construção coletiva. Mas de lá para cá, pessoal, nós sofremos uma série de ataques no mundo dos trabalhadores. Além do PLC 30, que é o debate aqui, hoje, nós estamos aí com outro problema sério que está ali na parede: “Já caiu o Levy! Agora o ajuste fiscal deve cair! Não à reforma da previdência.”

Então, vocês terão toda a liberdade aqui, eu já tenho a minha posição firmada. Quando falam para mim em Reforma da Previdência, em Reforma Trabalhista, para mim eu leio retirada de direito de trabalhadores.

Eu fico com aquela frase lá, que é a frase de todas as Centrais, nós não vamos aceitar a retirada de um direito do trabalhador, sem que primeiro eles derrotem toda a classe trabalhadora deste País. Não aceitaremos. (PALMAS)

É tanta preocupação, pessoal, que tentaram por duas vezes já passar a história do tal do negociado acima do legislado. Quem é o negociado? É a terceirização! É dizer o seguinte: daqui para frente a CLT não vale, a Constituição não vale e só vale o que as duas partes negociarem. Ora, quem é que tem mais força, em uma época... Inclusive, tem mais força sempre? Nós vamos pegar a situação atual do desemprego. Claro que é a lei do empregador, ou você aceita isso ou você está no olho da rua.

Então, nós não vamos aceitar. Eu cheguei a dizer, pessoal, numa sessão do Congresso com Deputados e Senadores presentes e me dirigia a um Deputado do Rio Grande do Sul, do meu Estado, foi dele a Emenda. Eu disse: olha, primeiro, não aceito dizer que o Rio Grande do Sul, a história do Brizola, Pascoalini, de tantos homens, de Olívio Dutra, de tantos guerreiros e guerreiras da revolução farroupilha, eu não quero acreditar que seja de um gaúcho a Emenda aprovada na Comissão que ia votar no Plenário, que aprova, que vai valer a negociação acima da própria lei. Ele me disse “é minha e vou aprovar” eu respondi para ele: Vossa Excelência vai aprovar só por cima do meu cadáver. E foi derrotado por noventa a dez, 90% dos Deputados

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 30/2015, QUE TRATA DA TERCEIRIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 18 DE FEVEREIRO DE 2016, ÀS 14H.

---

aprovaram a nossa visão de que o negociado não pode, mas é uma coisa que vai voltar sempre, temos que estar espertos, daqui a pouco não vale mais a CLT e nem a Constituição.

Por fim, nessa jornada, por isso que eu tenho me posicionado em relação à democracia, eu tenho dito publicamente, e esse fórum permite isso, que cada um expresse seu ponto de vista. Mas sou daquele que diz que a democracia estará e tem que estar sempre em primeiro lugar. Para mim, democracia, pessoal, tem certa simbologia que diz, a não ser que efetivamente seja comprovado que há uma política dentro de qualquer governo constituído, que descambou para roubalheira, para a corrupção, o desmando, não há clima para você simplesmente apertar uma Presidente da República, porque isso, no meu entendimento, fere o processo democrático. Tenho também me posicionado quanto a isso, tenho dito “liberdade, liberdade, abre as asas sobre nós.”

Democracia é o melhor sistema que a humanidade já inventou e não podemos em hipótese nenhuma ferir a democracia. Viva a democracia, viva a liberdade e viva a posição de cada um de expressar em nome do bem comum.

Eu vou de pronto, pessoal, antes de passar a palavra aos Deputados, o Senador vai falar no momento que achar melhor, se quiser falar na abertura, falar no momento... O Senador está aqui comigo, é membro da Comissão de Direitos Humanos e quero dar um depoimento porque a questão não é partidária. Esse Senador sempre no Congresso esteve do nosso lado, não vacilou uma vez, quero dar esse depoimento com muita segurança e muita tranquilidade, mesmo no debate do trabalho escravo. Ele esteve lá ponderando, conversando, discutindo. Havia pressão de todos os lados, mas ele sempre ficou nos ouvindo. E nas questões outras tantas de interesse dos trabalhadores e das trabalhadoras na Comissão de Direitos Humanos, ele tem tido uma postura, no meu entendimento, exemplar. Por isso que eu quero dar uma salva de palmas para ele. (PALMAS)

A própria contribuição sindical, que queria acabar com qualquer tipo de contribuição para os sindicatos, ele segurou com todas as entidades sindicais.

Eu, a partir desse momento, passo a palavra para os Deputados, mas antes o primeiro Deputado que vai falar será o Deputado Estadual Ondanir Bortolini. Eu o chamo de Nininho, almocei com ele, é Nininho para cá, Nininho para lá, Primeiro-Secretário. Mas permita-me, Primeiro-Secretário, até para dar um clima já, porque nós pensamos... Que passem o vídeo da Ana Matra, que é a opinião dos artistas brasileiros sobre esse projeto de terceirização, por favor, em seguida vai a palavra para o Deputado Nininho.

(O VÍDEO É APRESENTADO.)

O SR. PAULO PAIM - E vocês dizem?

A PLATEIA - Não!

O SR. PAULO PAIM - Um melhor que o outro, valeu!

Parabéns a esses artistas que não cobraram um centavo para dar esse depoimento e sabem da responsabilidade do depoimento deles. Vamos ao nosso primeiro convidado a usar a palavra, o Deputado Estadual Nininho.

O SR. NININHO - O meu boa-tarde a todos! Eu quero cumprimentar esse grande Senador da República, defensor dos trabalhadores do nosso País, o nosso companheiro Paulo Paim, e aproveitar e dar as boas-vindas ao nosso Estado. Cumprimento também o nosso Senador da república, o Medeiros, que também é um Senador atuante, como aqui já foi citado pelo Senador Paim, que está lá em Brasília, representando muito bem a nossa população; cumprimento o nosso companheiro que representa o nosso Presidente, o Deputado Pedro Satélite; Deputado Altir Peruzzo, que também é do partido dos trabalhadores, partido do nosso Senador Paulo Paim, e nosso Deputado Estadual Meraldo Sá.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**  
**30/2015, QUE TRATA DA TERCEIRIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 18 DE FEVEREIRO DE**  
**2016, ÀS 14H.**

---

Em nome desses já citados, quero pedir licença e cumprimentar todos os representantes de entidades, representantes do Senador Welington Fagundes, o Dr. Manoel, enfim, cumprimento todos os demais componentes da mesa; e todos os companheiros representantes sindicalistas que se fazem presentes, Senador.

E quero parabenizá-lo pela iniciativa de correr, não somente o nosso Estado, mas os 27 Estados, para discutir com certeza um tema de grande relevância, de grande importância para todos os trabalhadores do nosso país.

E quero dizer que nada mais justo do que este fórum estar ocorrendo aqui na Casa da Cidadania, na Casa do Povo, na Assembleia Legislativa, onde é o palco para fazer essas discussões.

Dizer que todos os Projetos de Lei, Senador, que envolvem o dia a dia, o sentimento, envolve os trabalhadores do País, com certeza, todos deveriam fazer o que Vossa Excelência está fazendo. É ouvir as classes, ouvir os segmentos, ouvir o clamor, se é isso mesmo, porque muitas vezes os projetos são aprovados dentro de um Congresso Nacional, lá na Câmara, no Senado ou muitas vezes na própria Assembleia Legislativa e não é discutido à altura com a sociedade. E Vossa Excelência está aqui dando a oportunidade para que cada um se manifeste e exponha o seu sentimento em relação a esse projeto.

Então, quero aqui lhe parabenizar e dizer, Senador, que Vossa Excelência se sinta em Casa, no nosso Estado, e ficamos orgulhosos de receber Vossa Excelência. Vossa Excelência que é um Parlamentar exemplar no nosso país. Parabéns! Que Deus abençoe a todos! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PAULO PAIM) - Muito bem. Este foi o Deputado Estadual Nininho, que gentilmente nos recebeu hoje. Participamos de um almoço juntos, com mais outros dois Deputados que irão usar a palavra.

E, neste momento, eu passo a palavra ao Presidente em exercício da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Deputado Pedro Satélite.

O SR. PEDRO SATÉLITE - Muito obrigado, Senador.

Nós já usamos a palavra. Eu quero apenas reforçar e desejar as boas-vindas aos ilustres Senadores, principalmente à classe trabalhadora, que vem discutir um tema tão importante que interessa a todos os trabalhadores, não só ao Estado de Mato Grosso, mas do nosso País.

Quero pedir licença, Senador, porque já tínhamos um compromisso para as 15 horas, mas eu não poderia deixar de vir aqui recepcioná-lo, e, mais uma vez, desejo sucesso. Que Deus abençoe e que Vossa Excelência continue com esse trabalho, defendendo a classe trabalhadora, que tanto tem feito pelo País e continua fazendo e que muitas vezes é massacrada.

Muito obrigado e mais uma vez uma boa Audiência Pública. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PAULO PAIM) - Agradecemos muito ao Deputado Estadual Pedro Satélite, que também nos aguardou para almoçar e fez questão de vir abrir os trabalhos da Casa.

Passo a palavra, neste momento, ao Deputado Estadual Meraldo Sá.

O SR. MERALDO SÁ - Cumprimento o nosso Senador Paulo Paim, e me recordo, Senador Paulo, de alguns momentos que passamos juntos lá na Capital Federal.

Eu fui presidente da Associação Mato-Grossense dos Municípios e num movimento municipalista, com o nosso Presidente Paulo Ziulkoski, da CNM, nós tivemos vários embates e a admiração à pessoa já vem desde aquela época, de estar sempre do lado do trabalhador. E eu quero cumprimentá-lo e parabenizá-lo por essa decência na política pública brasileira.

Cumprimento o Senador José Medeiros, esse jovem entusiasta. Que Deus o abençoe no seu trabalho lá em Brasília.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**  
**30/2015, QUE TRATA DA TERCEIRIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 18 DE FEVEREIRO DE**  
**2016, ÀS 14H.**

---

Cumprimento o nosso amigo Deputado Altir Peruzzo, o Deputado mais novo da Assembleia Legislativa, acabou de tomar posse esta semana. Que Deus o abençoe, Deputado Altir Peruzzo, fomos prefeitos juntos, por duas gestões, tenho orgulho de ter sido prefeito com Vossa Excelência, sei da sua seriedade e ele é do mesmo Partido de Vossa Excelência, Senador, do Partido dos Trabalhadores.

Cumprimento ainda os Deputados Nininho e Pedro Satélite, que tiveram que se ausentar, mas eu e o Deputado Altir Peruzzo vamos nos revezando aqui para poder representar a Assembleia Legislativa e estar com vocês nesta Audiência Pública.

O ponto importante disso tudo são vocês aqui presentes, é ouvirmos vocês. O político acerta bastante quando tem bom ouvido, eu sou prova disso, porque fui Prefeito de uma pequena cidadezinha, o Município de Acorizal, que fica a menos de trinta minutos aqui da Capital do Estado, uma cidade que não tinha uma rua asfaltada e hoje tem 100% das ruas asfaltadas, porque sabemos ouvir o clamor do trabalhador, de quem está lá, de quem mora na cidade e aqui não pode ser diferente. Então, o importante é ouvirmos vocês e com certeza esta Casa de Leis vive um novo momento, eu estou neste Parlamento com muita satisfação, mas com muita preocupação. O momento no Brasil é novo, o Estado é novo e nós temos que estar atentos a esse novo momento de transparência, de honestidade e principalmente em saber escutar o pai e a mãe de família que, com muita dificuldade, vive na labuta do dia a dia.

Parabéns a todos e estaremos juntos nos debates.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PAULO PAIM) - Muito bem, Deputado Meraldo Sá, que faz uma reflexão e diz a importância do momento que o país passa, de fato todo cuidado é pouco, não é, Deputado? E a crise nacional está aí e a crise nos estados também preocupa, embora eu tive até uma informação positiva aqui, que a receita do Estado aumentou de 13 para 17, 27... Foi um dos poucos Estados em que a receita aumentou. No meu Estado, por exemplo, o Rio Grande do Sul, a receita despenca, até o salário dos servidores públicos está sendo cancelado, isso é um fato.

Passo a palavra, neste momento, para o Deputado Estadual Altir Peruzzo, que também nos blindou com o almoço, meio-dia, claro que outros Deputados não puderam, mas esses três estavam lá representando toda a Casa, não é, Deputado? Uma salva de palmas para a Deputada Janaina Riva, que chegou neste momento e vai também usar a palavra em seguida. (PALMAS)

O SR. ALTIR PERUZZO - Bom, quero inicialmente cumprimentar o nosso grande Senador Paulo Paim, e dizer, Senador, sobre a satisfação em tê-lo aqui em nosso Estado, a satisfação especialmente de toda a classe trabalhadora, dado ao longo tempo de seu trabalho e de sua luta em prol de todos os trabalhadores.

Gostaria, em seu nome, de cumprimentar os demais, todos e todas que compõem esta mesa, para não estender muito o protocolo, cumprimento carinhosamente a cada um de cada uma dos trabalhadores presentes nesta Audiência Pública. Não vou me delongar, porque assim como o Deputado Meraldo Sá colocou, acho que o importante é ouvir diretamente aqueles mais interessados, neste momento, muito embora, Deputado Meraldo Sá, nós também sejamos trabalhadores em nossas profissões, no nosso dia a dia, e tanto eu quanto o Deputado Meraldo Sá estamos aqui na condição de suplentes empossados e por tempo indeterminado aqui nesta Casa.

Mas quero dizer rapidamente, Senador, que o PL 30, embora não tenhamos maior profundidade sobre tudo aquilo que lá consta, com certeza os trabalhadores e suas lideranças têm muito mais presente, mas ele é uma afronta sem sombra de dúvidas à dignidade da pessoa humana, à dignidade do trabalhador (PALMAS)...

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 30/2015, QUE TRATA DA TERCEIRIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 18 DE FEVEREIRO DE 2016, ÀS 14H.

---

É importante ter presente, e aí eu lembro, e aqui há alguns vereadores, vereadora, lá de Juína presente, e lembrando como seria, pensando no frigorífico, em algumas empresas que têm duzentos, trezentos funcionários lá. Como seria para aquela comunidade e assim para todos os outros municípios? Você saber que as famílias dos trabalhadores estão lá e em determinado momento quando têm que se direcionar aos seus chefes, aos seus superiores: “Ah, vocês estão aqui para cumprir uma missão determinada pela empresa tal, que terceirizou o serviço, nós não temos nada a ver, nós somos a direção da JBS.” - por exemplo - “Você é contratado da empresa tal e nós discutimos é com a empresa, não discutimos com você, trabalhador.”

Como se darão essas relações dentro daquilo que o Projeto de Lei nº 30 prevê? Senador, para finalizar: não tem sido diferente em outras pautas, mas está claro que um Presidente da Câmara dos Deputados que envergonha o País, que em vez de presidir a Casa, deveria estar preso (PALMAS)...Tirou da gaveta esse projeto, assim como tantos outros, e está tentando aproveitar para empurrar de goela abaixo contra a população brasileira, contra os trabalhadores, sobretudo aproveitando esse momento de instabilidade política.

Obrigado pela oportunidade, mais uma vez, parabéns por essa iniciativa, Senador. parabéns a todos os trabalhadores presentes.

O SR. PAULO PAIM - Muito bem, Deputado Altir Peruzzo, Deputado Estadual, que deixa muito clara a sua posição também contra, de imediato.

Embora ela tenha chegado agora, mas termina o ciclo dos Deputados, eu passo a palavra depois dela para o Senador, e daí vai para o plenário e para os sindicalistas.

Então, de imediato, já não há nenhuma discordância da parte dela, eu passo a palavra à Deputada Estadual Janaina Riva, está certo?

A SRª JANAINA RIVA - Está certo.

O SR. PAIM - Muito bem, Deputada.

A SRª JANAINA RIVA - Boa tarde a todos!

Primeiro, eu gostaria de cumprimentar a todos os presentes, em nome do Senador Paim, em nome do nobre Senador José Medeiros, e dizer, Senador Paulo Paim, que é louvável a atitude de Vossa Excelência, a defesa que o senhor traz contra a terceirização e tem sido uma luta minha como Deputada nesta Casa. Inclusive, está aqui a Daiane, Presidente do SINETRAN, dos servidores do DETRAN, e nós estamos numa luta contra o Governo do Estado que quer terceirizar a vistoria, a inspeção veicular no Estado de Mato Grosso, desvalorizando os servidores públicos do Estado, como tem feito também em outros setores.

Então, Senador, em minha humilde opinião, e aqui com tantas pessoas tão experientes e que podem falar com mais propriedade do que eu sobre o tema, eu já adianto que eu sou contra a terceirização e a favor da estruturação e valorização do servidor público. (PALMAS)

Terceirizar nada mais é do que um atestado de incompetência de Governo e de gestão. Terceiriza quem não tem competência para conduzir o serviço, e o povo acaba pagando duas vezes pelo mesmo serviço. Era isso que eu gostaria de contribuir.

Muito obrigada! Agradeço a todos. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PAULO PAIM) - A Deputada Janaina Riva deixa muito claro que não só falou que é contra a terceirização, como deu o exemplo, citando a sindicalista que este Projeto não é bom para ninguém de terceirizar o trabalho.

Então, agora que já falaram um bloco de Deputados, antes de passar aos sindicalistas, eu, com muita satisfação, passo a palavra ao Senador da República José Medeiros, que é Membro também da Comissão de Direitos Humanos. Muitas vezes, ele preside a Comissão no

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**  
**30/2015, QUE TRATA DA TERCEIRIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 18 DE FEVEREIRO DE**  
**2016, ÀS 14H.**

---

meu nome, como foi na última terça-feira, e vai também presidir na segunda-feira outra Audiência Pública lá, eu estarei em outra atividade, e ele vai presidir.

Com a palavra, o Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS - Em nome do Senador Paulo Paim, eu quero cumprimentar todos da mesa, em nome da Deputada Janaina Riva, quero cumprimentar todos os presentes.

Quero contar uma fofoca aqui para vocês. O Senador Paim é quem abre e quem fecha o Senado da República. Ele chega até primeiro do que os funcionários terceirizados da Casa. Então, se você chegar de madrugada lá, ele já está sentado no cafezinho.

O SR. PRESIDENTE (PAULO PAIM) - Eu sento, mas o primeiro que eu olho, quem está sentado ali para começar o debate é ele. Ele não contou esse lado aí.

O SR. JOSÉ MEDEIROS - Bom. Eu estou chegando... Quem chega novo tem que mostrar serviço. Mas mesmo assim, mesmo com a juventude, eu não consegui acompanhá-lo. Realmente, é um exemplo de trabalho, um exemplo de pessoa. E depois de 30 anos de vida Parlamentar, ele ainda está lá com toda a gana, mostrando serviço e com uma discussão Parlamentar muito qualificada, porque ele não tensiona, não parcializa as discussões, respeita todas as matizes de pensamento. Eu tenho aprendido muito. Eu queria fazer esse depoimento aqui, que é um dos Senadores, embora façamos política em Partidos que estão em campos opostos... Eu sou Oposição. Ele é Situação, mas em determinado momento até invertemos para vermos a posição dele. Em determinado momento, ele está contra o Governo e estamos a favor do Governo.

O SR. PRESIDENTE (PAULO PAIM) - O Senador Cristovam Buarque deu um exemplo ontem.

O SR. JOSÉ MEDEIROS - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (PAULO PAIM) - A única vez que eu briguei com ele, e eu admiro muito, gosto dele, como eu gosto de Vossa Excelência, ele se despedindo do Partido, saindo do PDT, indo para o PPS.

Eu disse: “Senador Cristovam, o gesto mais bonito que o senhor fez foi aquele que nós, praticamente, não brigamos, mas tivemos uma discordância profunda no debate aqui no plenário. Depois de dois dias, o senhor veio, me deu um abraço e me disse: ‘Paim, o senhor é meu amigo, sou seu amigo, vamos parar de bobagem’, e nos abraçamos.” Mas ele respondeu na tribuna: “E naquele dia, Paim, eu estava defendendo o Governo e você estava contra o Governo.” Às vezes, acontece isso, todos sabem que independentemente de quem seja o Governo, se há algum tema que toca no direito dos trabalhadores e das trabalhadoras, aposentados e pensionistas, eu fico com as causas, nem que tenha que ficar contra o meu Governo. É a minha maneira de agir, não vou conseguir mudar nunca. (PALMAS)

Eu agradeço ao Senador José Medeiros, que me deu essa oportunidade de falar sobre esse tema.

O SR. JOSÉ MEDEIROS - Mas a grandeza do Senador Paim é justamente isso, de poder fazer o verdadeiro debate político.

O Senado, o Parlamento...

Eu, por exemplo, sou apaixonado pelo Parlamento, porque é no Parlamento que você discute, até a própria essência, parlamentar, *di parlari* é de falar e ele faz esse debate em alto nível.

No momento em que o cenário político nacional está muito assim, muito Fla x Flu... Por exemplo, eu sou flamenguista, qualquer coisa que fale do Vasco da Gama, eu sou sempre contra, embora esteja perdendo sempre. Mas, no debate político, não pode ser assim, porque nós

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 30/2015, QUE TRATA DA TERCEIRIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 18 DE FEVEREIRO DE 2016, ÀS 14H.

---

tratamos com a vida das pessoas, nós estamos tratando da história viva e o Senador Paulo Paim é um desses poucos parlamentares ultimamente, infelizmente, no debate nacional, que tem enxergado isso. No resto, temos tido uma dicotomia, uma polarização muito assim: se é do Governo nada presta, se é da Oposição, nada presta, também, do outro lado e vai se acirrando. Isso não contribui, não leva a nada e ele tem sido um baluarte nisso.

Mas dito isso, eu quero dizer que tenho participado desde o início com ele nesse debate e geralmente eu faço um contraponto. Eu ainda não fui vaiado e creio que poderá ser a primeira vez aqui hoje.

O SR. PRESIDENTE (PAULO PAIM) - Aqui não será.

O SR. JOSÉ MEDEIROS - Deixe-me falar para vocês: eu sou a favor da terceirização e explico por qual motivo.

A terceirização, quando começou o debate, eu comecei a ouvir várias pessoas. Chegou um produtor e me disse o seguinte: “Senador José Medeiros, a minha vida sempre foi a roça, sempre foi plantar. A minha empresa cresceu e chegou um momento que eu tive que trabalhar com a aviação. Mas eu não entendo nada de aviação, não quero entender e nem gosto de andar de avião. Por não entender, se eu for me meter a ter um setor de aviação na minha empresa, eu só vou fazer besteira, eu preciso contratar alguém que mexa com aviação e que possa me prestar esse serviço de forma terceirizada. Eu não sei nem como é o ambiente, a cultura da... Então, eu preciso imensamente que vocês possam tratar esse projeto de terceirização de forma que não - e até usei a palavra, passei a usar a palavra, que achei interessante o que ele disse - não demonize a terceirização. Eu sou o principal interessado que seja regulamentado isso. Eu quero ter segurança jurídica de que, de repente, não caia um avião aqui e eu tenha que ficar pelo resto da minha vida me incomodando, por exemplo, com a questão do piloto. Essas coisas precisam ter clareza. E isso, hoje, eu não tenho essa segurança. Eu preciso de um avião, eu preciso pulverizar as minhas lavouras, mas não fico tranquilo, embora os meus advogados cheguem e digam que eu posso ficar tranquilo. Então, eu quero que o Parlamento debruce sobre essa questão. Eu não tenho interesse nenhum...”

Eu quero registrar a presença do nosso Deputado, esse pernambucano que já é mato-grossense, Oscar Bezerra. (PALMAS)

Então, ele colocou essa situação, e a partir dali, eu comecei a pensar que, na verdade, nós precisamos fazer uma legislação moderna de forma que, principalmente, a reconhecer que a terceirização, independentemente de sermos contra ou a favor, ela é uma realidade.

Nós estávamos, por exemplo, fazendo um debate, um dia, e todo mundo contra a terceirização, e sabem quem estava servindo a água para os Senadores, controlando os microfones e o som? Eram todos funcionários terceirizados.

Então, eu sou da opinião que nós precisamos fazer da seguinte forma: se eu sou empresário e não quero mexer com certa atividade, porque a minha atividade-fim é outra, tudo bem, que eu tenha a total liberdade de poder contratar uma empresa, de poder terceirizar. Agora, eu também defendo o seguinte, nós não podemos ter funcionários de primeira e funcionários de segunda. Eu não posso trabalhar na mesma atividade que a Deputada Janaina Riva, e eu ganhar cem e ela ganhar cinquenta. Isso, sim, eu sou contra. É a forma de você, de repente, por ser uma empresa contratada, permitir que haja essa precarização e esse desrespeito, que eu posso usar o EPI, usar o equipamento de proteção individual e que ela não. Isso que nós temos que combater.

Então, eu penso que no nascedouro disso, e por isso é importante esse debate, é nós criarmos nesse debate, também, uma forma de cobrar por fiscalização. Esse setor precisa muito bem ser fiscalizado.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**  
**30/2015, QUE TRATA DA TERCEIRIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 18 DE FEVEREIRO DE**  
**2016, ÀS 14H.**

---

Agora, na atividade-fim, eu também sou a favor da discussão. Porque você vai ter, de repente, uma empresa só cartorial. Ela não faz sentido. Mas na atividade-meio, eu tenho defendido que em certas circunstâncias, de repente, o empresário não quer mexer com uma atividade que não diz respeito com a atividade que realmente ele tenha finalidade da existência da sua empresa.

Mas, para não me delongar, porque o objetivo das audiências públicas, o próprio nome já diz, é ouvir o público, e não quero me delongar e dizer que estou travando esse debate, também, e contribuindo com o Senador Paulo Paim, como ajudante dele, para que possamos sair dessa discussão com uma legislação mais moderna e que possamos regulamentar a vida trabalhista desses treze milhões de terceirizados que temos no país e, mais, deixar o país com uma relação trabalhista com maior segurança jurídica, porque eu acho que no fim de tudo é isso que os trabalhadores querem e que o empresariado quer, também.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PAULO PAIM) - Muito bem, Senador José Medeiros.

Pessoal, até para ficar claro, quando ele fala isso, eu sempre falo alguma coisa depois que ele fala.

O Senador José Medeiros tem a mesma posição que a nossa, pessoal, porque nós também, até falávamos na rádio aqui, logo que eu cheguei. Vamos dar um exemplo: um empresário, em Brasília, me indagou: “Mas, Paim, eu só faço piscina. Eu vou poder continuar fazendo piscina na casa dos outros, ou num grande complexo de moradores? Porque lá tem uma empresa que construiu tudo lá, mas eu só faço piscinas. Então, aquela empresa vai construir os prédios e vai me dar para construir as piscinas.” Claro que vai, pessoal. Então, a preocupação que o Senador José Medeiros tem, eu posso garantir que no projeto estará garantido. Eu não vou querer agora que uma empresa que trabalha com soja tenha aeroporto. Vamos dar um exemplo para radicalizar, para mostrar, e tenha contratado não sei quantos pilotos lá, se necessário. Cada um que é especialista em sua área vai continuar. O que nós não vamos permitir, em hipótese nenhuma, é terceirizar a atividade-fim. A atividade-fim é uma coisa, a atividade-meio é outra coisa.

Por exemplo, como é que eu vou querer concordar de terceirizar a atividade das companhias aéreas. Quem é que vai ser responsável? Daí é outra questão, porque as companhias aéreas é atividade-fim delas, mas que nos levam e trazem de Brasília, para São Paulo. Isso é atividade-fim, e eles estiveram conosco. Como é que eu vou terceirizar a questão da saúde. Eu estive lá reunido com o pessoal da saúde. E aí é outra discussão.

Então, eu quero com isso, mais uma vez, tranquilizar o Plenário e o Senador José Medeiros, que é parceiro nosso, estamos na mesma linha, nós não queremos terceirizar a atividade-fim, mas a atividade-meio nós sabemos que é normal que haja uma forma combinada de atuar, por isso eu queria garantir para vocês que o nosso projeto será de muito diálogo.

Perguntaram-me, ontem, por exemplo, sobre as cooperativas. Eu vou mandar fechar todas as cooperativas que tem no Brasil? É claro que não, pessoal. É claro que não. Nós temos que garantir o seguinte: essa é a questão de fundo do projeto, e quero que na fala de vocês, inclusive, vocês podem expressar depois concordando ou discordando, o que é legítimo. O que nós temos que garantir é que a CLT tem que ser paga para todos. Vamos cumprir na íntegra a CLT.

Nós temos que garantir que o piso da categoria será o mesmo para todos. Nós vamos garantir que higiene e segurança do trabalho serão o mesmo para todos, nós vamos garantir que o vale transporte, que o vale alimentação, tem que ser o mesmo para todos, que o sindicato da empresa matriz possa ser assumido por aquele que está lá trabalhando.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**  
**30/2015, QUE TRATA DA TERCEIRIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 18 DE FEVEREIRO DE**  
**2016, ÀS 14H.**

---

Com isso tudo, pessoal, o que é que eu quero dizer no fundo? Se eu sou um empresário e com isso que eu estou dizendo, eu irei preferir mil vezes contratar direto do que terceirizar, porque eu vou terceirizar e vou ter que pagar tudo o que aquele meu empregado já ganha. E o que pega da terceirizada, vocês acham que ele não vai ganhar em cima? É claro que ele vai ganhar em cima.

Então, nós temos que fazer um projeto que caminhe para cada vez mais diminuir a terceirização e aumentar a assinatura na empresa matriz, que é esse o objetivo.

Eu darei um exemplo para vocês. Pessoal, só este exemplo aqui, eu queria que vocês ouvissem. Eu tive um debate com a FIESP e a Federação de Empresários do Rio de Janeiro, eles falaram, falaram, falaram, e eu fiz a seguinte pergunta para eles: vamos fazer o seguinte, vamos fazer um acordo aqui, o meu relatório vai ter só um artigo, vai dizer que “ao trabalhador terceirizado serão assegurados todos, todos os direitos daquele que está na empresa matriz”.

Sabem o que eles disseram? “Não, senhor, Paim, aqui ninguém é bobo”. É claro que não vão aceitar. É claro que não vão aceitar. Nem eu aceitaria. Se eu sou eles também não aceitaria. Eu prefiro, então, que o senhor me diga o que é terceirizada, o que é atividade-meio e para onde nós vamos. Esse é o caminho, pessoal. Ninguém está viajando o Brasil todo só por viajar. Nós estamos viajando porque sabemos muito bem o que nós estamos construindo e o Senador Medeiros deu esse exemplo de termos que construir um projeto que, efetivamente, não permita nenhuma precarização. Eu repito: ninguém vai mexer com esse projeto no direito dos trabalhadores. Estou certo ou estou errado?

(OS PARTICIPANTES SE MANIFESTAM POSITIVAMENTE.)

O SR. PRESIDENTE (PAULO PAIM) - Muito bem, pessoal (PALMAS). Serve para fortalecer o Medeiros, para dizer que nós estamos no mesmo campo de atuação.

Eu passo a palavra ao Deputado Estadual Oscar Bezerra, com muita satisfação.

O SR. OSCAR BEZERRA - Quero cumprimentar o Senador Paulo Paim, desejar boas-vindas ao Estado de Mato Grosso; o nobre companheiro Senador Medeiros, que nos honra no Senado Federal; os colegas Deputados que aqui estão; toda a mesa constituída; e os senhores e senhoras que aqui vieram.

Para mim, é um aprendizado estar participando desta Audiência Pública. Eu quero ser mais um ouvinte e ao final, de repente, fazer uma contribuição para que nós, ao longo do debate, possamos colher o interesse de cada participante e assim fazer uma manifestação ao seu final. Eu agradeço a oportunidade. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PAULO PAIM) - Muito bem, foi o Deputado Oscar Bezerra que, com muita simplicidade, de forma muito direta, por isso que é importante o debate para construirmos um projeto na sua redação final, que contemple a vontade da maioria e a maioria neste País são os trabalhadores.

Eu quero passar a palavra para o suplente do Senador Wellington Fagundes, o Sr. Manoel, Presidente do PC do B, me informam aqui. Presidente do PC do B no Estado, é isso? Muito bem. Vamos lá, Manoel.

O SR. MANOEL MOTTA - Boa tarde a todos e a todas, em particular e especialmente aos trabalhadores e trabalhadoras que estão presentes aqui neste plenário.

Eu quero cumprimentar a mesa, o Senador Paim, que é um dos grandes, eu chamaria de ícone histórico na defesa dos trabalhadores nesses últimos anos da vida política brasileira.

Eu queria colocar uma coisa em relação a essa discussão que nós estamos levando em todo o País, que é um negócio interessante. Eu tenho dito isso em algumas ocasiões em que nós

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 30/2015, QUE TRATA DA TERCEIRIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 18 DE FEVEREIRO DE 2016, ÀS 14H.

---

discutimos a questão das contradições que aparecem quando acontece uma crise como essa que nós estamos vivendo, que é uma crise que é essencialmente uma dimensão econômica, mas também se expressa politicamente. E aí a articulação existe entre esses dois processos. O que aconteceu nos anos recentes é uma questão que perpassa anos de história de desenvolvimento no Brasil, que é a questão do desenvolvimentismo. Então, você tem, no começo do Século XXI, uma aceleração, um dinamismo do desenvolvimento econômico.

Durante esse período, questões como essa não eram colocadas com a mesma ênfase que está sendo colocada agora. E aí você vê o Senador colocando que esse é um projeto, é uma proposta que há onze anos estava lá dormindo em uma gaveta no Congresso. E de repente, quando você começa todo um questionamento, toda uma problematização desse modelo neodesenvolvimentista desses últimos anos aí, você vê que reaparecem propostas como essa.

Eu quero usar o exemplo dado pelo meu querido Senador Medeiros, que é da minha cidade, Rondonópolis, nós temos a mesma raiz, somos nordestinos e viemos para Mato Grosso para morar em Rondonópolis.

Então, eu quero usar o exemplo dele, pegar o exemplo dele, do proprietário que não vai querer utilizar a pulverização lá na lavoura dele. Ele não precisa ter um avião, mas o problema não é a possibilidade de ter ou não um avião, a minha questão é o piloto, é o trabalhador. A questão é será que o preço de um piloto terceirizado para o empresário é o mesmo preço, esse piloto, esse trabalhador, eu estou falando isso metafóricamente, esse piloto aí, não importa de quem é essa aeronave. Eu quero saber se os direitos desse trabalhador, no caso específico, eu estou usando um dele, ele tem o mesmo tratamento se ele fosse empregado na empresa agrícola ou se ele pertencesse a uma companhia de aviação que faz trabalho de pulverização? Essa é a questão central. Eu acho que é essa a questão que nem aparece muito no debate.

Quando a FIESP coloca ... que o Senador Paim diz que os empresários colocam que isso aí é porque a intenção, principalmente em época de crise, eu não tenho dúvida, pela complexidade do trabalho, pela divisão social do trabalho. O que acontece? O empresário tenta tirar o direito do trabalhador.

Essa é uma luta que tem já alguns séculos, estou concluindo, que tem já alguns séculos. Então, essa é a questão, e eu acho que talvez este seja o grande problema que esteja no debate, eu acho que vai ter que ter os ajustes, vai ter que ter um processo de negociação, mas que de fato a classe trabalhadora tem que procurar assegurar é que mesmo num momento de crise, como colocou o Senador Paim, você recue dos direitos que foram conquistados historicamente.

Eu acho que disso a classe trabalhadora não pode abrir mão. Então, por isso que nós temos que ter muito cuidado e ter uma posição de resistência de tal modo que nós possamos fazer um enfrentamento democrático no Parlamento e que possamos assegurar e continuar assegurando esses direitos que historicamente foram conquistados pelos trabalhadores e trabalhadoras de todo o Brasil.

Tenho uma posição clara, enfim, em relação a isso. É de não á terceirização.  
Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PAULO PAIM) - Muito bem, o líder Manoel, suplente do Senador Wellington, que deixou muito claro o seu ponto de vista, o que nós temos é que garantir isso, nem um direito a menos para todos os trabalhadores. Esse é o eixo do projeto que vai regulamentar a situação de treze milhões e meio de terceirizados.

Passamos a palavra agora neste momento a esse líder que é o Maximiliano Garcez, Coordenador do Fórum dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização, que tem viajado neste momento praticamente em todos os Estados nessa linha firme de combater esse projeto.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**  
**30/2015, QUE TRATA DA TERCEIRIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 18 DE FEVEREIRO DE**  
**2016, ÀS 14H.**

---

O SR. MAXIMILIANO GARCEZ - Boa tarde, companheiros e companheiras.

A PLATEIA - Boa tarde!

O SR. MAXIMILIANO GARCEZ - Cumprimento o nosso guerreiro, o nosso líder, o Senador Paim; cumprimento também o Senador José Medeiros; o Deputado Pedro Satélite, em nome de quem eu cumprimento todos os Deputados e saúdo os trabalhadores e trabalhadoras aqui do Estado de Mato Grosso.

Eu represento aqui o Fórum e também a Associação Latina Americana de Advogados Laboralistas e a Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas.

Bom, pessoal este projeto não visa regulamentar o que se falou sobre terceirização que seria aquilo que o empregador não sabe fazer e ele quer contratar uma empresa que sabe fazer melhor do que ele. Segundo o Dieese, só 2% dos casos é isso, o que o projeto quer fazer é outra coisa. Ele quer criar o aluguel de pessoas no Brasil. É para isso que serve o projeto. Trabalhador vira uma mercadoria que o empregador pode comprar, alugar e jogar fora quando não quer mais. O projeto prevê que a empresa não precisa ter nenhum funcionário, a empresa pode ter só um CNPJ e o empregador contrata uma empresa que fornece os terceirizados, essa empresa terceirizada pode contratar uma empresa quarteirizada. Então, eu vou pegar um voo numa companhia aérea, chego lá, entro no avião e pergunto para o piloto, quem é o seu empregador? Não, não é a GOL, não é a TAM, o meu empregador é uma empresa que presta serviço para uma empresa que a TAM contratou para contratar pilotos.

Vai para um hospital, uma cirurgia séria, você não tem nem ideia quem é o empregador daquele médico, não é do hospital, porque ele contratou uma empresa e essa empresa contratou outro gato, outro laranja, como era no meio rural, lá atrás.

E esse projeto também quer distribuir a classe trabalhadora nossa para economizar, para destruir a classe.

Vou contar uma história aqui, havia na década de oitenta um jovem sindicalista que conseguiu enfrentar os patrões da área da metalurgia lá em Canoas, conseguiu melhorar as condições de vida dos trabalhadores, torná-las mais democráticas. Se nós tivéssemos essa lei lá atrás nos anos 80, aquele jovem sindicalista teria sido inviabilizado, por quê? Porque os empregadores iriam contratar empresas terceirizadas, a metalurgia lá, para poder destruir aquele sindicato. E aquele jovem sindicalista que virou o Senador Paim, nosso guerreiro, não estaria mais aqui, ou seja, você destrói as lideranças combativas do movimento sindical. É para isso que serve também, com a redução da maioria penal, o financiamento privado, para tentar destruir a classe trabalhadora.

O projeto, na verdade, quer tornar a terceirização, que já é uma droga, uma droga maior ainda. A terceirização é uma droga que é a porta de entrada, o que tem de pior no mercado de trabalho, que é droga do trabalho escravo, trabalho infantil, trabalho degradante, da precarização, da sonegação, da corrupção. Quando uma empresa quer cometer esses crimes, ela não faz diretamente, ela faz com empresa terceirizada, com gato, com laranja, quem conseguiu resumir muito bem a terceirização no Brasil foi o José Simão. Ele falou que “terceirização no Brasil é quando o trabalhador vai para a terceira divisão” é isso que eles querem fazer.

Pessoal, eu tenho certeza de que os trabalhadores de Mato Grosso aqui não vão permitir que seja aprovado esse projeto. O fórum defende os direitos dos terceirizados, mas que eles tenham igualdade de direitos e somente em atividades-meio para impedir que 45 milhões de trabalhadores em direitos plenos possam ser terceirizados ou quarteirizados, quinteirizados.

Eu termino aqui com um recado, eu tenho certeza de que o Senado da República vai rejeitar esse projeto imoral, que foi votado numa sessão imoral da Câmara dos Deputados, presidida por um Deputado imoral, que é o Deputado Eduardo Cunha. Nós já estamos tentando

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 30/2015, QUE TRATA DA TERCEIRIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 18 DE FEVEREIRO DE 2016, ÀS 14H.

---

anular a votação no Supremo Tribunal Federal, mas caso algum Senador vote nessa imoralidade, eu vou repetir aqui o José Simão: os nossos votos para o político que votar a favor desse projeto é que ele nunca mais tenha votos.

Obrigado, companheirada. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PAULO PAIM) - Maximiliano Garcez, representando o Fórum Nacional dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização.

José Calixto Ramos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria e Presidente também da nova Central Sindical de Trabalhadores.

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS - O companheiro foi à tribuna, porque ele é mais jovem do que eu, eu prefiro falar aqui sentado mesmo, se me der uma tremedeira na perna, eu já estou sentado.

Mas eu queria, primeiramente, cumprimentar o nosso Senador Paulo Paim pela desenvoltura que ele assumiu quando conseguiu a autorização do próprio Congresso para realizar essas audiências em todos os estados brasileiros. Algumas ou várias eu acompanhei, não podendo evidentemente acompanhar todas.

Mas eu queria também destacar aqui o Senador José Medeiros, e em seu nome cumprimentar todos os Parlamentares que compõem esta mesa. Eu queria cumprimentar também a nossa Juíza Leda, assim chamando mais carinhosamente, que ela possa também representar todas as mulheres, não só da mesa, mas deste importante plenário. Cumprimento os dirigentes sindicais que vieram dos mais longínquos recantos deste Estado, e já me falaram que alguns viajaram cerca de mil quilômetros para chegar aqui, Senador Paim, para Vossa Excelência ter conhecimento da importância que estão dando a esse trabalho.

Mas o Senador Paim tem mais uma faceta interessante. Além desse trabalho que o Senador José Medeiros falou que ele parece um terceirizado, ele tem Audiências Públicas todas às segundas-feiras, às 09 horas da manhã. E vá para lá de café bem tomado, porque geralmente ela vai até duas, três horas da tarde. Essa é a forma de atuar no Senado da República.

Mas eu gosto de iniciar a minha observação falando um pouco do conceito da terceirização, e dizer que conceitualmente é um processo pelo qual uma empresa deixa de executar uma ou mais atividades realizadas por trabalhador diretamente contratados por ela e as transfere para outra empresa, exatamente porque isso se trata de uma das principais formas de flexibilização da relação capital e trabalho.

O processo de terceirização pode ocorrer de duas formas: na atividade-meio e na atividade-fim. E é exatamente dentro deste aspecto que nós estamos desenvolvendo, toda a nossa capacidade de mobilização para não permitirmos que seja terceirizada a atividade-fim das empresas.

Quem são os trabalhadores terceirizados? São mulheres e homens que permanecem dois anos e sete a menos no emprego.

Quer dizer, não tem nenhuma garantia, conforme tem o trabalhador devidamente contratado. Os trabalhadores terceirizados têm também uma jornada de trabalho que normalmente excede três horas extraordinárias diariamente. Além do mais, ganham aproximadamente de 25% a 30% menos que os trabalhadores da empresa principal.

E aí já foi constatado que dos dez acidentes que ocorrem nas empresas, oito são decorrentes dos trabalhadores terceirizados.

O tratamento que é dado aos terceirizados com relação aos trabalhadores da empresa principal é totalmente diferente e vai desde a sua mobilidade ao tratamento alimentar dentro da empresa. Então, tudo isso já está devidamente comprovado.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**  
**30/2015, QUE TRATA DA TERCEIRIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 18 DE FEVEREIRO DE**  
**2016, ÀS 14H.**

---

Não é possível que nós permitamos uma alteração tão profunda, porque o Projeto, conforme aprovado pela Câmara, vai criar exatamente trabalhadores, mesmo de uma mesma atividade profissional, classificados como de primeira e de segunda categoria. Um ganhando um determinado vencimento e outro fazendo a mesma atividade, mas percebendo rendimento diferente.

Quer dizer... Agora, vejam bem.

Esse Projeto não se discute, não começou agora essa discussão. Nós discutimos esse Projeto desde 2004 e tentamos de todas as formas encontrar um denominador comum. Não conseguimos, inclusive com uma Audiência Pública na Câmara dos Deputados onde se manifestaram os trabalhadores através das centrais, empregadores, Governo e o Congresso Nacional. Também não conseguimos, perdemos a batalha na Câmara Federal, estamos agora apelando para o Senado.

Qual é a nossa esperança? É aquela do não, que o Senado possa, se possível, arquivar esse projeto e se não for possível fazer um projeto que elimine todos esses absurdos que seria o mesmo que você rasgar a Consolidação das Leis do Trabalho.

Só mais um detalhe para terminar, Senador.

Aqueles que são a favor da terceirização argumentam que querem regulamentar a vida de cerca de treze milhões de trabalhadores. Mas essa regulamentação, como nós falamos na linguagem mais sindical, é uma regulamentação por baixo. Ele já tem um tratamento inferior aos trabalhadores da empresa-mãe e esquecem que na outra ponta você vai encontrar aproximadamente quarenta milhões de trabalhadores com carteira assinada que estão sujeitos, paulatinamente, a todos serem terceirizados, aí acabou a Consolidação das Leis do Trabalho, aí acabou a conquista dos trabalhadores.

Por isso, nós somos peremptoriamente contrários e posso lhes afiançar que na mesma linha de raciocínio, que isso não está só na CNTI, mas está em todas as confederações de trabalhadores. Hoje eu já posso afirmar e os colegas das centrais também afirmam que todos são exatamente contra e nós temos trabalhado com as centrais sindicais dentro dessa mesma linha de raciocínio.

Então, não à terceirização.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PAULO PAIM) - Muito bem, José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI, reafirmando a posição, não só da sua Central, mas de todas as Centrais contra o Projeto.

Com a palavra, a Sr<sup>a</sup> Vera Jatobá, Diretora do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT.

A SR<sup>a</sup> VERA JATOBÁ - Sr. Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado, Exm<sup>o</sup> Sr. Senador Paulo Paim; Senhora e Senhores Parlamentares; distintos componentes da mesa; caros colegas presentes, há vários Auditores aqui presentes; Senhoras e Senhores trabalhadores, cidadãos com os quais a Auditoria Fiscal do Trabalho tem uma convivência do cotidiano.

A fala, aqui, do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho realmente se faz pelo testemunho. Nós acompanhamos, desde sempre, essa cruzada do Senador Paulo Paim com relação a esse não, a essa recusa, a esse repúdio, a essa forma de terceirização que está para nos ser imposta e que nós estamos lutando para que isso não aconteça. Por quê? Porque é com isso que nós trabalhamos, é com isso que nós realizamos a nossa missão. É manter condições seguras e saudáveis de trabalho, condições dignas. Essa é a missão do Auditor Fiscal do Trabalho.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 30/2015, QUE TRATA DA TERCEIRIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 18 DE FEVEREIRO DE 2016, ÀS 14H.

---

O Senador José Medeiros enfatizou que precisaria de mais fiscalização. Nós precisamos de mais cumprimento. Mas, no risco de não tê-lo, precisamos fiscalizar. E a Auditoria Fiscal, hoje, está em pleno Congresso Nacional trabalhando, também, está em greve, trabalhando na sua mobilização para garantir melhores condições. Tudo o que foi levantado aqui, com relação àqueles fatores que prejudicam o trabalhador por esse método de trabalho, essa forma de exercer a relação de trabalho nefasto, já foi dito aqui e nós acrescentamos que além das estatísticas oficiais que não acolhem tudo aquilo que a realidade nos apresenta, a nossa experiência de campo, nossas análises de acidentes de trabalho, nossa fiscalização *in loco* em nosso cotidiano nos revelam que, sim, é verdade.

Dentro dos que mais sofrem, dentro dos que mais se acidentam estão os trabalhadores terceirizados. E nós ousamos dar duas explicações para isso. Uma é uma explicação pelo lado da gestão menos rigorosa quanto a esses riscos ocupacionais dentro dessas empresas. E outra é que, via de regra, as atividades realizadas por essas empresas de forma terceirizada são aquelas que têm maior risco, são as mais perigosas. Então, juntam esses dois elementos e nós temos, realmente, uma bomba de falta de condições de trabalho e de risco para a integridade física, saúde e vida do trabalhador. Quer dizer, além dessas condições que nós falamos fisicamente em risco, nós falamos dos direitos a serem garantidos, a informalidade reina, nós sabemos, naturalmente nessa área. Nós sabemos que os outros direitos decorrentes dessa relação de trabalho como ticket refeição, como um plano de saúde, tudo isso se torna muito mais difícil e distante.

Nós constatamos também que a terceirização segrega o ser humano, a maior parte da nossa vida é trabalhando, é num ambiente de trabalho, e ela nos impõe uma segregação adversa. Nós estamos lá trabalhando e o nosso companheiro não tem os mesmos direitos que os nossos, nós estamos incastos.

Há uma experiência nossa que diz que certa vez, conversando, tomando anotações com o um trabalhador rural, perguntamos para ele: “Quem é o seu empregador?” Ele disse: “Não, eu não tenho, não, eu sou anônimo”. Ele queria dizer autônomo. Mas, nunca disse nada tão certo na vida, porque ele não tinha carteira assinada, não tinha direito, ele tinha um gato que o explorava e ele tinha uma condição de vida extremamente nefasta. Mesmo que os outros trabalhadores tivessem perdas de direitos, para ele era mais cruel.

Então, esses vários danos que os terceirizados sofrem, eles também padecem pela falta de ter uma representação mais ativa e isso desagrega até sindicalmente. Eles são pulverizados dentro dos sindicatos, isso não constrói um movimento de lideranças e de representações que são bases do direito fundamental do trabalho, é uma das bases. Até isso é difícil para um trabalhador nas condições de terceirização, quarteirização e quinteirização.

Nós vemos que existem também documentos que, inclusive, até hoje são mascarados mesmo. Documento da previdência não diz que o trabalhador que se acidenta é de empresa terceirizada ou não. Não facilita. Mas, talvez, agora o Ministério do Trabalho nessa reforma sendo o único com a previdência social, uma atitude burocrática processual interna resolva esse problema.

Outros danos que nós podemos ter como grande diferencial nesse tipo de trabalho é que o trabalhador fica tão distante, ele se sente tão excluído que, muitas vezes, ele não tem nem a busca desse direito garantido da fala do direito, para onde ou vou e o que é que eu faço. Isso nós vemos quando entramos nas empresas e têm os trabalhadores terceirizados, são diferentes. E quais os segmentos atualmente em que mais se encontra esses riscos dentro da terceirização? É a construção civil, que aqui no Estado de Mato Grosso fez um trabalho muito importante na época da Copa do Mundo, na construção, temos também na área têxtil e na área elétrica. Talvez eu tivesse

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**  
**30/2015, QUE TRATA DA TERCEIRIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 18 DE FEVEREIRO DE**  
**2016, ÀS 14H.**

---

muito para dizer a vocês, mas isso aqui é uma Audiência Pública, é democrática e nós temos que respeitar o tempo de todos falarem.

Para finalizar, Senador, existe uma fórmula letal aí para o trabalhador, que é a má gestão das condições de trabalho, o trabalho de natureza perigoso que sempre é onde se aplica mais a desumanização, a desagregação, a baixa sindicalização e a dificuldade da fiscalização porque os fiscais são poucos hoje. Então, diante dessa forma letal, nós queremos, o SENAIT prima pelo grito e pelo direito de definir critérios claros para a terceirização, não só claros, que essa clareza revele a definição de critérios que devem respeitar a dignidade da pessoa humana de forma que seja assegurado um trabalho justo e descente. Esse é o não à terceirização do SENAIT. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PAULO PAIM) - Muito bem, Vera Jatobá, Diretora da Superintendência Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho-SENAIT.

De imediato, convidamos Miranda Muniz, Diretor da Central dos Trabalhadores do Brasil-CTB.

O SR. MIRANDA MUNIZ - Primeiramente, eu cumprimento os integrantes da mesa em nome do Senador Paulo Paim, esse guerreiro que sempre levanta a bandeira em defesa dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Cumprimento também a plateia, os companheiros e camaradas sindicalistas, servidores do Ministério do Trabalho e de outros órgãos de defesa dos trabalhadores.

Falo aqui em nome da Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil, representando a nossa Presidente Nara Teixeira, que está lá em Brasília, neste momento possivelmente dentro do Congresso Nacional, Senador Paim, exatamente também defendendo os interesses da nossa Central e ela pediu desculpas por não poder estar presente nesta Audiência Pública.

A posição da CTB também é muito clara com relação à questão desse projeto. Na verdade, como o Senador Paim iniciou em sua fala, era um projeto que estava ali na Câmara há mais de onze anos e de uma hora para outra esse projeto foi colocado em votação sem praticamente nenhuma discussão, sem Audiência Pública, sem ouvir ninguém e de forma como o Senador Paim, coloca aqui, de forma truculenta, acabou passando na votação da Câmara Federal.

E foi para o Senado, eu louvo aqui a posição do Senador Paim e de outros, inclusive do Presidente Renan, que na época deu uma declaração dizendo que a questão desse projeto ia passar por todos os trâmites do ponto de vista do Parlamento. E o Senador Paim teve a iniciativa de percorrer todo o Brasil, me parece que hoje é o vigésimo terceiro, exatamente para ouvir as opiniões. Parece-me que o setor do capital já se bastou com a votação e talvez com alguns representantes que tem possivelmente dentro do Senado e pelo menos vieram aqui para discutir. O representante da FIEMT, das outras entidades patronal, e por incrível que parece, uma central importante, a segunda maior central do Brasil, não está aqui presente, pelo menos eu não vi anunciando, que é a Força Sindical, que representa, em tese, os trabalhadores. Inicialmente, senão me engano, estava até participando, mas agora não está presente. E isso é ruim, eu acho que para a democracia é ruim, no momento em que o Senador Paim propõe aqui uma Audiência Pública é exatamente para ter o contraponto de forma democrática e isso é que vai fazer avançar a sociedade brasileira. Não é posição única.

Eu que comecei a militar há algum tempo, na época da Ditadura Militar, o Senador Paulo Paim também, nós víamos que naquela época só tinha uma discussão, só tinha um lado, uma Audiência Pública desta aqui não acontecia.

Então, hoje estamos vivendo uma situação política... Para finalizar o minuto, quero dizer que a nossa posição é muito clara, não vou entrar nos argumentos que muitos companheiros já

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 30/2015, QUE TRATA DA TERCEIRIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 18 DE FEVEREIRO DE 2016, ÀS 14H.

---

colocaram com relação à terceirização. O que eu acho é o seguinte: é justo os treze milhões de trabalhadores terceirizados hoje terem mais direitos, conseguirem alcançar o patamar dos quarenta e cinco milhões de brasileiros e trabalhadoras brasileiras, é mais do que justo.

Agora não é justo, não é correto, você querer rebater, rebaixar quarenta e cinco milhões de trabalhadores que tem carteira assinada, que tem sua profissão definida, e rebaixar na mesma condição dos treze milhões de trabalhadores que hoje praticante não tem direito, como foi muito bem colocado por alguns companheiros.

Então, a posição da CTB - Central de Trabalhadores do Brasil também é muito clara, não à terceirização. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PAULO PAIM) - Muito bem, Sr. Mirando Muniz, diretor da CTB, dando um exemplo do absurdo que seria nós trazermos os quarenta e cinco milhões que têm o direito assegurado para aqueles que não têm direito.

Passamos a palavra para o Sr. João Dourado, Presidente da Central Única dos Trabalhadores - CUT.

O SR. JOÃO DOURADO - Boa tarde, companheiros, companheiras, boa tarde, Senador Paulo Paim, seja bem-vindo ao Estado de Mato Grosso. Em nome do Senador, cumprimento toda a mesa, os companheiros e companheiras. Cumprimento também todos os dirigentes sindicais, representantes de sindicato, representantes de entidades. Isso em todos os debates que foram feitos, desde o que foi feito na Câmara dos Deputados, em todas as Audiências Públicas, a CUT sempre esteve à frente, combatendo qualquer forma de terceirização. Tivemos enfrentamentos no Congresso Nacional, enfrentando a truculência da polícia, do Cunha, mas isso foi importante para podemos barrar esse processo de terceirização e quando chegou ao Senado, esse projeto que tornou agora o PLC 30, ao nosso ponto é um projeto que tem que ser retirado na sua íntegra, porque na realidade não regulamenta nem um processo de terceirização, pelo contrário, o projeto amplia as terceirizações no País.

O que nós queremos é a garantia de igualdade e de direito para todos os trabalhadores e trabalhadoras, portanto, esse projeto frontalmente ataca os direitos dos trabalhadores. Mas é importante fazer uma análise mais ampla, porque de fato a terceirização não interessa aos trabalhadores. Nenhum trabalhador quer deixar de ser empregado para ser terceirizado.

A terceirização interessa simplesmente às empresas, ao capital financeiro com o intuito de aumentar os seus lucros; precarizar a relação de trabalho; reduzir direitos dos trabalhadores e tornar o trabalho escravo, oficializar a escravidão no País. Porque os empresários não querem garantir o direito dos trabalhadores, eles querem maximizar lucro em cima do direito dos trabalhadores. E esse projeto também ataca o direito dos servidores públicos, privatiza o estado brasileiro, privatiza as estatais, e por isso e concomitantemente tem dentro do Congresso Nacional projetos que estão no caminho desse projeto que é a PLS 555, quer rasgar o estatuto das estatais para tornar sociedade anônima.

No Estado tem um processo de terceirização na saúde, na educação e no Detran, também alinhado a esse projeto de terceirização.

Então, na realidade, tanto os empresários, banqueiros e governos querem atacar os direitos dos trabalhadores para terem trabalhadores com menos direitos, para terem trabalhadores terceirizados.

Portanto, a CUT é frontalmente contra esse projeto, qualquer forma de terceirização. O que nós queremos é que esses treze milhões de trabalhadores tenham o mesmo direito dos quarenta e cinco milhões de trabalhadores. Mas o que é mais grave dentro desses projetos é que eles querem romper com a organização sindical, com a organização dos trabalhadores. E isso,

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 30/2015, QUE TRATA DA TERCEIRIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 18 DE FEVEREIRO DE 2016, ÀS 14H.

---

tanto os banqueiros quanto os empresários falam, eles querem atacar além das conquistas, a organização dos trabalhadores. Portanto, a CUT é totalmente contrária a esse projeto e qualquer outra forma de terceirização pública e privada.

Nós queremos é garantia de direito de igualdade e oportunidades para homens e mulheres, trabalhadores do campo e da cidade. A CUT é frontalmente contra qualquer forma de precarização e de escravização dos trabalhadores e das trabalhadoras.

O SR. PRESIDENTE (PAULO PAIM) - Muito bem, João Dourado, Presidente da CUT aqui de Mato Grosso, que de forma contundente vai na linha de que a maioria dos Estados, a maioria não, todos os Estados apresentaram neste momento.

Agora com a palavra, Amarildo Borges, Superintendente Regional do Ministério do Trabalho.

O SR. AMARILDO BORGES - Eu gostaria de cumprimentar o Senador Paulo Paim, e em nome dele cumprimentar os demais membros da mesa, parabenizar por este papel importantíssimo que ele tem feito percorrendo o Brasil para tentarmos barrar esse Projeto que vai ser muito prejudicial aos trabalhadores.

Eu estou superintendente, mas antes de ser superintendente, eu sou auditor fiscal do trabalho e, antes ainda de ser auditor fiscal do trabalho, eu fui sindicalista. E é como tal que quero falar, como auditor fiscal do trabalho e como ex-sindicalista.

E, como auditor fiscal do trabalho, eu convivo no dia a dia com a terceirização. Nós, auditores, vocês, trabalhadores, conhecemos também, sabemos muito bem que a terceirização realmente é um câncer que existe na relação de trabalho. Eu digo que se o projeto não tiver como ser rejeitado, de plano, Senador, que, pelo menos, ele sirva para melhorar as condições de trabalho desses 13 milhões que estão no momento como já foi dito aqui, tendo seus direitos precarizados ao longo do tempo. Então, eu acho que são muito importantes essas Audiências Públicas, porque nós podemos destas Audiências Públicas tirar um projeto que, em vez de precarizar para os outros 45 milhões, nós melhoramos a condição desses doze, treze milhões que hoje estão sendo prejudicados pela terceirização.

Já foi dito quase tudo sobre a questão de conceitos e das situações, eu gostaria de citar alguns exemplos práticos que eu convivo como auditor fiscal do trabalho nos últimos oito anos.

Dentro da Auditoria, eu participo mais diretamente no combate ao trabalho escravo. E já foi dito aqui que há uma inter-relação muito próxima entre a terceirização e o trabalho escravo. E eu posso dizer que isso é uma verdade. Eu participei de cerca de vinte ações de combate ao trabalho escravo ao longo dos últimos anos e, na maioria absoluta, as situações de trabalho escravo encontradas são de trabalhadores terceirizados.

Você pega no meio rural, você vai a uma fazenda, você não encontra lá, dificilmente encontra, na maioria das situações, você não encontra um vaqueiro, um trabalhador da rotina da fazenda de forma tão precarizada como daqueles que estão lá para fazer o roço de juquirá, aqueles que estão lá para fazer a cerca que cerca a propriedade. Ou seja, até no meio rural, o trabalho escravo está relacionado à terceirização.

No meio urbano não é diferente, eu participei de duas ações aqui em Cuiabá em 2013, Senador, na construção civil, e foi encontrado dentro de Cuiabá, em uma obra da Copa e outra no Programa “Minha Casa, Minha Vida” situação análoga a escravo no ramo da construção civil, e nas duas situações eram terceirizadas, quarteirizadas.

Então, você pega no meio rural são as atividades terceirizadas que são precarizadas, você pega no meio urbano é a mesma coisa. O que se quer no momento? Quando surgiu a terceirização, a ideia era para quê? Para que as empresas pudessem atuar com mais foco

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**  
**30/2015, QUE TRATA DA TERCEIRIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 18 DE FEVEREIRO DE**  
**2016, ÀS 14H.**

---

naquilo que era a sua atividade-fim. Essa foi a ideia inicial que as empresas deveriam ter: as atividades-meio poderem ser terceirizadas para se dedicarem à atividade-fim.

O que se quer hoje? Terceirizar também a atividade-fim, por quê? Como eles terceirizando a atividade-meio conseguiram reduzir custos, agora eles querem terceirizar a atividade-fim para reduzir mais custo e precarizar a situação de outros quarenta e cinco milhões de trabalhadores no País.

Então, como auditor fiscal do trabalho, como ex-sindicalista, eu me posiciono frontalmente contra esse Projeto de Lei Complementar, Senador. Espero que se ele não for rejeitado, que sirva, como eu disse, para corrigir esse erro que vem sendo praticado com esses doze milhões de trabalhadores e que possamos introduzir nesse Projeto de Lei Complementar garantias para esses trabalhadores.

Eram essas as minhas palavras.

O SR. PRESIDENTE (PAULO PAIM) - Muito bem, Sr. Amarildo Borges de Oliveira, Superintendente Regional do Trabalho. (PALMAS)

Só para o auditório ter claro, a proposta do Amarildo tem lógica, mas nós temos que fazer a seguinte jogada regimental: nós não podemos usar o projeto que veio da Câmara Federal porque o projeto que veio da Câmara dos Deputados está em minhas mãos já. Tudo bem! Eu faço um substitutivo integral, aprovamos no Senado, encaminhamos à Câmara dos Deputados. A Câmara dos Deputados pode retirar tudo o que nós colocamos e reconstituir o projeto do Deputado Federal Eduardo Cunha, aí vai à sanção.

Então, obrigatoriamente, é bom vocês ficarem em estado de alerta no dia da votação, nós temos que rejeitar o projeto da Câmara dos Deputados; o projeto construído por nós todos - porque eu sou uma ferramenta como Relator -, se aprovado no Senado e encaminhado para a Câmara, ou a Câmara aceita ou altera e manda de volta para mim. E daí nós vamos reproduzir o projeto que o Senado aprovou.

Quando eu digo para mim, eu não vou ser o autor do projeto, mas vamos pegar um projeto tramitando lá no Senado. Tem do Marcelo Crivella, tem do Randolfe, tem da La Mata, tem das centrais que encaminharam propostas. Eu posso pegar qualquer proposta daquelas e construir uma alternativa, chegar ao plenário e dizer: "Olha, isso aqui não dá. Jogo franco no plenário, porque a Câmara poderá reconstruí-la de novo." Então, nós vamos aprovar isso aqui, que é fruto de um grande acordo em nível nacional e remetemos para a Câmara. Se ela rejeitar, volta para nós.

É só um esclarecimento, mas tem lógica, e que esse momento sirva para melhorar a vida dos terceirizados.

Por favor, Dr<sup>a</sup> Leda Borges de Lima, Juíza do Trabalho, que neste ato representa a Desembargadora Dr<sup>a</sup> Maria Beatriz Theodoro Gomes, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, da Vigésima Terceira Região.

A SR<sup>a</sup> LEDA BORGES DE LIMA - Boa tarde, Senador Paulo Paim, em nome de quem eu cumprimento todos os componentes da mesa.

Gostaria, também, de cumprimentar todos os representantes sindicais, todos os sindicalistas que estão aqui, todos os que vieram nessa luta contra a terceirização.

A minha fala vai ser bem rápida, até porque quem interessa mesmo ouvir são vocês. E tudo o que já foi dito aqui nós endossamos. Eu quero só colocar um testemunho.

Tudo isso que vocês falam, está todo dia na minha sala de audiência, todos os dias está lá. Hoje mesmo, eu fiz cinco audiências de instrução. Das cinco, quatro se referiam à terceirização. Quatro! E das quatro, duas, a empresa terceirizada ninguém sabe onde está. Então, nós

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 30/2015, QUE TRATA DA TERCEIRIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 18 DE FEVEREIRO DE 2016, ÀS 14H.

---

tentamos corrigir um pouco disso respaldado na Súmula 331, do TST, mas nem sempre isso é possível. Eu vejo alguns advogados aqui, que estão lá conosco todos os dias.

Então, essa é uma questão que está todo dia lá e nós vemos a questão da precarização, a questão da diferença de tratamento entre os empregados. E aí nós tentamos, mas, de todos esses que são terceirizados, quem vai à Justiça é só um pouquinho assim, porque o contrato dele é de três meses, de quatro meses, de cinco meses. “Eu não vou à Justiça, eu não vou ficar lá não sei quanto tempo para receber, se eu vou receber, ainda assim eu tenho que constituir um advogado...” Então, é assim, nem todo o mundo tem essa disposição de ir à Justiça e tentar receber do tomador, mas essa realidade nós vivemos. A nossa posição é no sentido de que, realmente, o trabalho do Senador merece aplausos e vamos todos construir para o sucesso desta Audiência Pública.

O SR. PRESIDENTE (PAULO PAIM) - Muito bem, merece aplausos a Dr<sup>a</sup> Leda... (PALMAS)... que deu um testemunho. Muitas vezes quando nós todos damos esses dados que 80%, proporcionalmente, das ações que chegam à Justiça são de terceirizados, “não, isso não é bem assim”. É sim. Ela deu aqui que de cinco, quatro são de empresas terceirizadas.

Meus cumprimentos à Dr<sup>a</sup> Leda.

Com a palavra, Antônio Wagner Oliveira, Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros.

O SR. ANTÔNIO WAGNER OLIVEIRA - Muito obrigado.

Boa tarde! É um prazer estar em uma Audiência Pública com o baluarte do trabalhismo brasileiro, que é o Senador Paulo Paim, e eu tive o prazer de estar na presença dele quando do lançamento da Central dos Sindicatos Brasileiros, em Brasília. Eu quero cumprimentá-lo e parabenizá-lo por mais este lindo trabalho à Frente da Comissão de Direitos Humanos.

Quero cumprimentar também o Senador Medeiros, que é um Senador que tem outra pauta tão cara ao movimento trabalhista, que é a PEC do Imposto Sindical, com quem nós já organizamos um evento no Hotel Fazenda Mato Grosso recentemente.

Cumprimento o meu amigo, Suplente do Senador Wellington Fagundes, o Dr. Manoel Motta; e o futuro Prefeito Altir Peruzzo, atual Deputado. Quero dizer que minha família toda é eleitora sua, Deputado, meu conterrâneo de Juína.

O avanço das terceirizações no País é preocupante, ela avança em direção ao serviço público de uma forma absurda também. Eu, como servidor público, também tenho que fazer esse apelo e externar essa preocupação em relação à terceirização com as atividades públicas, a exemplo do que nós vemos acontecendo em Goiás, com a terceirização da educação; a exemplo do que nós vemos acontecer aqui no Estado de Mato Grosso com a inspeção veicular aqui tão bem combatida pela nossa companheira Daiane Renner; as OSSs que eram também um compromisso de todos os candidatos ao Governo anterior, do fim das OSSs, tão bem combatido pelo companheiro Oscarlino, e uma preocupação maior ainda na questão das terceirizações, que é a inspeção sanitária, Senador Paulo Paim, que tem o Projeto de Lei nº 334/15, tramitando na Câmara. É muito preocupante a inspeção sanitária, porque vejam o absurdo, Senadores, um frigorífico vai contratar, vai terceirizar o fiscal que vai fiscalizar as condições sanitárias do abate e do processamento do alimento que nós vamos consumir. Será que isso é possível? Será que isso é legítimo? Eu acredito que o INDEA hoje já faz esse trabalho de forma brilhante e não precisa terceirizar essa atividade.

Outro ponto que temos que discutir, o reflexo para o trabalhador todo mundo já colocou, ele é extremamente prejudicial, precariza, sim, as relações de trabalho. Sou advogado também e sabemos muito bem disso, está aqui o Dr. Diego, que lida com isso todos os dias, futuro Presidente da Comissão de Direito Sindical da OAB, da qual farei parte também como membro.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 30/2015, QUE TRATA DA TERCEIRIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 18 DE FEVEREIRO DE 2016, ÀS 14H.

---

Outro ponto, somos novos enquanto consumidores. Vamos pegar o exemplo de um restaurante. Qual é a atividade-fim de um restaurante, não é alimentar? Ok! Uma cozinheira terceirizada, chega uma desafeta dela para se alimentar e ela coloca veneno na comida. Vamos colocar um exemplo bastante absurdo. Coloca veneno na comida dessa pessoa. Essa pessoa se hospitaliza, morre, ou tem algum problema de saúde decorrente da má-fé dessa funcionária terceirizada. Quem vai ser penalizado? Eu, como advogado, vou entrar com uma ação contra quem? Contra o restaurante ou contra a terceirizadora? Eu vou entrar contra a terceirizadora.

Como a ilustre Juíza do Trabalho colocou, muitas vezes essa terceirizadora desaparece. Ela é insolvente, ela é uma empresa de fachada, e nós, enquanto consumidores, não conseguiremos também responsabilizar essa empresa. Nós podemos responsabilizar criminalmente a pessoa, mas civilmente, não conseguiremos responsabilizar a empresa.

Então, nós, enquanto consumidores, também, dentro de um exemplo absurdo, nós podemos encontrar uma série de outros exemplos mais factíveis, também podemos ser penalizados com essa questão da terceirização.

Para terminar, deixo claro que a posição da Central dos Sindicatos Brasileiros - e aqui no Estado estou à frente provisoriamente até fazermos a direção definitiva com quarenta e cinco sindicatos - é contrária.

E deixo aqui um lema da Central dos Sindicatos Brasileiros: “Nada mais moderno que o fim da exploração do homem pelo homem”.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PAULO PAIM) - Muito bem, Antônio Wagner de Oliveira, Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros.

Eu vou passar a palavra agora para Sônia Rocha, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro - CONTRAF - Mato Grosso. E cumprimentar o Antônio Wagner pela defesa que fez firme dos trabalhadores e contra a terceirização.

A SR<sup>a</sup> SÔNIA ROCHA - Boa tarde, companheiros e companheiras, Senador Paulo Paim, em nome de quem eu cumprimento a mesa. É um prazer muito grande ter você aqui defendendo essa categoria que são os trabalhadores, são as pessoas que mais sofrem neste País e por isso que você vê a casa cheia.

Eu gostaria de ter o orgulho, de ter Vossa Excelência aqui em nosso Estado. Mas, está no Rio Grande do Sul, está no Brasil, está muito bom.

Bom, eu hoje estou aqui para falar um pouco sobre a categoria bancária. Eu represento hoje os bancários de Mato Grosso, a Federação dos Bancários da Região Centro Norte e a Confederação Nacional do Ramo Financeiro, que é a nossa CONTRAF, por isso eu quero falar um pouco na questão dos bancários.

Nós, bancários, estamos sofrendo um assédio muito grande devido à questão da terceirização. Os nossos trabalhadores hoje estão sendo demitidos para serem recontratados para fazer o trabalho que aqueles bancários perderam o emprego.

Eu quero aqui dizer que hoje os bancários do Banco do Brasil não abrem conta. As contas estão sendo abertas nos correios e lotéricas. Eu quero dizer para vocês que os bancários da Caixa Econômica Federal também não fazem mais o processo do financiamento de uma casa, um financiamento da agricultura, está indo tudo para as lotéricas. Quando nós chegamos, esses trabalhadores bancários não sabem nem para quem passar.

Eu quero dizer para vocês que quando vocês vão ao banco e pagam boleto, que vocês descontam um cheque, esse trabalho não está mais sendo feito por bancário. Eles estão

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 30/2015, QUE TRATA DA TERCEIRIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 18 DE FEVEREIRO DE 2016, ÀS 14H.

---

passando numa máquina lá e estão mandando para empresas terceirizadas para poder terminar o trabalho.

Quero falar para os senhores que o sigilo bancário hoje está sucateado, porque os bancos vêm colocando terceirizados lá dentro e os movimentos sindicais, os sindicatos dos bancários que vêm lutando, o que é que eles estão querendo? Eles estão querendo fragmentar, para depois ter sindicatos de caixa, sindicato de gerente, sindicato daquilo, sindicato daquilo outro.

Quero falar para os senhores que enquanto estamos lutando, Senador, para que a nossa categoria não seja aniquilada do processo brasileiro, os nossos trabalhadores estão ficando doentes, que é uma das categorias que mais tem problemas psicológicos, além da precariedade que os nossos trabalhadores estão passando, ainda tem o medo de perder o emprego e depois de amanhã ir lá e bater na porta “lá vem o rapaz do papel batendo à porta”, e termos que receber de 27 a 30% a menos.

Então, quero falar para os senhores que nós, da Confederação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro - Fetec Centro Norte, Sindicatos Bancários, nós estamos na luta, porque nós não podemos aceitar. E o povo brasileiro não pode aceitar essa terceirização, porque os trabalhadores serão contratados por outra empresa, as empresas terceirizadas vão arrecadar menos INSS, menos FGTS e vão sucateando o próprio País.

Então, por isso que queremos denunciar. Eu, como conselheira do Conselho das Mulheres do Estado, não poderia deixar de falar, Senador, que nós, mulheres deste País, já recebemos 27% a menos de salário, fazendo o mesmo serviço dos homens, imagine 27% por ser mulher e 30% por trabalhar na terceirizada, onde irão parar as mulheres brasileiras?

Obrigada. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PAULO PAIM) - Muito bem. Sônia Rocha, que falou representando a Confederação Nacional dos Trabalhos do Ramo Financeiro, muito bem, deixou marcado aí. Você tem tanta razão que, no Congresso, há um projetinho que diz que tem que garantir para mulher o mesmo salário que o homem na mesma função. Comprovado que isso não for cumprido, vai ser multado. Passou na Câmara, peguei a relatoria, aprovei nas comissões, foi para o Plenário do Senado. Eles mandaram para a Comissão de Infraestrutura, infraestrutura cuida de estrada, de ponte, é para não deixar aprovar mesmo, isso já faz uns três anos.

Eu digo, inclusive, para as mulheres sempre. Estamos chegando no dia 08 de março. Tem que chegar lá no Senado e dizer: Querem nos homenagear, aprovem esse projetinho pelo menos, e não só venham aqui dar discurso. Isso eu acho que as mulheres têm que cobrar. Cheguem lá e digam: Olha, estamos aqui hoje, porque todos fazem sessão de homenagem às mulheres, não é só para receberem palmas de vocês. Peguem o projetinho que está pronto para ser votado e votem aqui. Diz só isso, pessoal. Garantam para as mulheres a mesma coisa que é garantida aos homens. E não deixam votar. Se vocês não fizerem, eu vou fazer. Dia 08 de março vocês estarão lá, não é? (PALMAS)

Na hora de falar eu vou dizer: Olha, todo ano eu venho aqui, faz quatro anos que eu estou com esse projetinho aqui na fila, e direi só isso. Fiquem sentados, dia 08 de março é semana que vem, daqui a duas semanas. Está bom, está acertado, eu farei, e me cobrem se eu não fizer, podem olhar pela *TV Senado*.

Com a palavra, Vanderly Scarabelli, Coordenador Estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, são lutadores, lutadores.

O SR. VANDERLY SCARABELLI - Boa tarde a todos e a todas! Paim, é um prazer recebê-lo aqui em Mato Grosso, o nosso abraço, e quero dizer que existe uma escassez de políticos Parlamentares no Brasil com o seu perfil. Está escasso, não é? Tem que usar lupa para

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**  
**30/2015, QUE TRATA DA TERCEIRIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 18 DE FEVEREIRO DE**  
**2016, ÀS 14H.**

---

encontrar Parlamentares comprometidos com a classe trabalhadora. Porque a maioria do Congresso Brasileiro e das Assembleias Legislativas está comprometida com os seus patrões, aqueles que pagaram as suas contas de campanha. (PALMAS)

Por isso que precisa fazer um reforma política do ponto de vista do interesse dos trabalhadores e não do Eduardo Cunha, que ali é a contrarreforma de tudo.

E nós percebemos nas falas quem está comprometido com os patrões, quem está comprometido com os trabalhadores, não é? Aqui ninguém engana ninguém. Ninguém falou com os sem-terra para ver o avião para passar veneno, ninguém viu. Foi com o grande proprietário, é aquele que já falou aqui que nós não temos compromisso com esse tipo de gente. O nosso compromisso é com a maioria da população. Isso é democracia. E isso aqui também, Paim, é um exemplo de democracia: as audiências públicas. A democracia que está sequestrada pelo capital, num momento como esse fazer audiências públicas, e não é só audiências, isso aqui, esse povo que está aqui, isso é mobilização, isso aqui está quem trabalha e quem organiza, e quem coloca para render (PALMAS)...

E claro que os medrosos não vêm para essas audiências públicas, porque não querem ouvir a verdade. Nós sabemos dos interesses de classe que eles têm. Então, parabéns pela iniciativa.

Há uma necessidade de ampliarmos a democracia política econômica neste País. E outras formas também de participação do povo para além do Congresso e das audiências públicas. Aqui o Senador José Medeiros saiu, mas eu vou ter que falar algumas coisas...

O SR. PRESIDENTE (PAULO PAIM) - Mas ele vai voltar em seguida. Ele foi ao banheiro.

O SR. VANDERLY SCARABELLI - Porque ele participa de uma Comissão importante no Congresso, que é a Comissão de Direitos Humanos, e Mato Grosso está entre os Estados que mais agridem os direitos humanos, o trabalho escravo se desponta, está em disputa, tanto urbano, não é, Amarildo? O trabalho escravo, o trabalho no campo, agora, Jucá há pouco tempo querendo descaracterizar o conceito de trabalho escravo. Cadê a desapropriação dos latifúndios para o trabalho escravo das indústrias, se eu estiver desatualizado...

O SR. PRESIDENTE (PAULO PAIM) - Permita-me, só para ajudar.

Foi fundamental o Prêmio Nobel da Paz. Esteve conosco em duas Audiências Públicas. Foi ao Plenário do Senado, visitou o Presidente do Senado, o Vice-Presidente. Fizemos uma comitiva, fomos ao plenário e derrotamos a urgência que queria regulamentar o trabalho escravo. O trabalho escravo, nós temos que proibir, e não regulamentar. (PALMAS)

O SR. VANDERLY SCARABELLI - Pode bater palmas por esta resistência também do Senador Paulo Paim e dos Parlamentares comprometidos.

Mato Grosso dos assassinatos dos quilombolas, dos sem-terra, conflitos no campo, despejos violentos. Ultimamente para não falar de outros, a cavalaria, o helicóptero, nunca vimos um aparato tão grande para despejar trabalhadores neste Estado. Os que cometem trabalho escravo, envenenamento em Mato Grosso não têm nenhuma punição, mas os trabalhadores que questionam a concentração da propriedade da terra, que questionam a concentração da riqueza e da desigualdade.

Olha, em 2010, 940 mil pessoas não tinham, Deputado Paulo Paim, nenhuma renda em Mato Grosso. Para que serve o agronegócio? E dois milhões de pessoas recebiam até dois salários mínimos, Senador Paulo Paim.

Segundo Marcio Pochimann, em Mato Grosso tem dez mil pessoas ricas, num Estado de três milhões e 200 mil habitantes. Nós não vemos no Congresso, a partir dos Parlamentares de Mato Grosso, nenhum pronunciamento à agressão dos direitos humanos. Então, é

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 30/2015, QUE TRATA DA TERCEIRIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 18 DE FEVEREIRO DE 2016, ÀS 14H.

---

preciso registrar essa indignação e que os Parlamentares possam aprender com o Senador Paulo Paim e outros comprometidos para poder fazer os registros lá no Congresso.

Seguindo... Os interesses que estão em disputa na nossa crise, na crise política, o interesse americano, liberalismo americano, que quer desestabilizar a América, que quer desestabilizar os Governos progressistas.

Só deu câncer nos governos progressistas no continente, nos governos neoliberais não deu câncer. Como a CIA fabrica esse tipo de doença? Nós estamos aí com outras formas de doenças.

Agora, mudar o sistema de partilha para o sistema de leilão. Interesse de quem mesmo? O interesse da burguesia brasileira na redução do Estado, da economia, da economia dos trabalhadores. Tirar do Estado, deixar que o Estado faça direitos sociais e programas sociais para atingir o interesse do capital. É isso que a burguesia brasileira quer, a burguesia e os seus representantes.

E a terceirização do trabalho está nesse contexto. A redução do custo do trabalho para manter a margem de lucro do capitalista. Por que os capitalistas não propõe a redução? Terceirizar o lucro? Secundarizar o lucro? Não! Só propõe concentração, centralização do capital, centralização de lucro.

Outro interesse em jogo - estamos encerrando - é a criminalização dos movimentos sociais que já foi falado aqui pela CUT, por diversas pessoas do meio popular, os lutadores. O que se quer na verdade é tornar quem luta um bandido, é isso que se quer fazer no Brasil, é reduzir a democracia ao máximo para que a minoria possa mandar, para ter democracia da minoria contra a democracia da maioria, tornar a luta um crime e nós não podemos permitir isso.

Então, o quarto aspecto é que nós temos que derrotar a terceirização, derrotar a contrarreforma da previdência, derrotar a contrarreforma trabalhista no Congresso Nacional e nas ruas. Tem que ser bem articulado porque o Congresso Nacional que está aí, Senador Paulo Paim, Vossa Excelência conhece melhor que a gente, ali não dá para esperar muita coisa não. É preciso ir para a rua, para as audiências públicas, ocupar latifúndio, ocupar rua, ocupar Brasília e vamos vencer.

Está certo? É isso aí! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PAULO PAIM) - Muito bem, Vanderly Scarabelli, Coordenador Estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Muito bem pela fala, muito clara, muito tranquila, transparente, com argumentos e dados, mostrando a importância...

Como dizia o nosso querido Adão Preto que veio do Movimento Sem Terra, ele dizia: "Paim, um pé no Parlamento e um pé na rua." Essa frase é dele e ficou marcada essa frase.

Uma salva de palmas ao Adão Preto e ao Movimento Sem Terra, de nome de lutadores. Recentemente, eu mandei registrar um pronunciamento do João Pedro lá. Um belo pronunciamento, equilibrado, tranquilo, mas firme, mostrando qual é o caminho para os trabalhadores do campo e da cidade.

Parabéns!

Com a palavra, a Sr<sup>a</sup> Lívia dos Anjos, do Diretório Central dos Estudantes do Município de Cáceres.

Depois, pessoal, nós vamos...

Permita-me, Sr<sup>a</sup> Lívia dos Anjos, já articular com o Plenário. Nós temos dois caminhos. Podemos já abrir a palavra ao plenário, e eu tenho receio que possamos demorar demais e esvaziar. Ou, como a maioria já representou o Plenário, depois desse momento leríamos a carta, o

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 30/2015, QUE TRATA DA TERCEIRIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 18 DE FEVEREIRO DE 2016, ÀS 14H.

---

Deputado aqui vai ler, votamos ainda com o plenário lotado e faremos uma pequena manifestação de encerramento que vai ser como o previsto, lá pelas seis horas. O.k! Está bom, então.

Por favor, Lívia.

A SR<sup>a</sup> LÍVIA DOS ANJOS - Boa tarde! Eu estou aqui para representar o DCE da UNEMAT de Cáceres. Então, gostaria de saudar os estudantes de Cáceres que vieram, os professores, os técnicos, agradecer pela oportunidade. (PALMAS). Eu quero agradecer à mesa pelo espaço que nos deram para falar sobre a juventude e a terceirização. Nós que somos as maiores vítimas da terceirização, porque somos o futuro e no futuro nós não vamos ter perspectiva de trabalho, não vai ter qualidade de trabalho, uma vida com qualidade e dignidade. Já não basta interferir no passado, nos direitos conquistados, nas lutas travadas, ainda vai interferir no futuro, que, no caso, somos nós. Vai interferir no futuro. E aí, a juventude que está interessada nisso precisa, como o moço do Sem Terra falou, que vai produzir a desigualdade social.

A terceirização só produz a desigualdade social, porque ela vai aumentar os lucros, vai empoderar os grandes patrões e nós vamos reproduzir isso para os nossos filhos. E um tempo que deveríamos consolidar a distribuição de renda com o Governo popular que nós tivemos, nós estaremos precarizando o trabalho e reproduzindo a desigualdade social. Então, nós estamos aqui para enfrentar isso e lutar contra. Vamos nos unir para lutar contra essa forma de positivar a exploração, que o Estado vai autorizar a exploração, o que é ridículo.

Por fim, eu gostaria de falar mais para o Senador José Medeiros, se por um lado querem precarizar o trabalho em fazer terceirização, por outro lado também querem precarizar a Universidade. Eu vim de longe, então preciso dar o recado. Eu sou da UNEMAT e lá a Universidade está precarizada. A assistência estudantil da UNEMAT é ridícula. Nós temos cerca de 1% de toda a renda da Universidade para a assistência estudantil. Nós não temos RU - Restaurante Universitário. O campus não terminou de construir, de reformar. Os blocos de medicina não têm sala, enfim, são muitos problemas.

Eu quero falar com os Deputados estaduais, com Senadores, para pensarem em algum tipo de emenda parlamentar para construir o RU, que é muito importante.

Eu gostaria de agradecer a oportunidade de falar aqui.

Muito obrigada. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PAULO PAIM) - Muito bem, muito bem. A Lívia dos Anjos, membro do Diretório dos Estudantes do Município de Cáceres, falou, enfim, pela juventude. (PALMAS)

Só por uma questão de justiça, eu quero dizer que mandei registrar três pronunciamentos, três artigos mais longos, mas que fazem uma análise muito boa da realidade brasileira, foi um do João Pedro Stédile, do Leonardo Boff e um do Frei Betto. Os três muito claros, sabendo fazer a autocrítica que nós temos que fazer e apontando caminhos.

Mas, agora eu iria pedir para o nosso querido Deputado...

Há um pedido aqui, pessoal, eu acho que é justo, antes de eu passar a palavra para o Deputado para ler a carta, que a Maria da Glória quer falar pelos trabalhadores rurais assalariados. Pergunto ao auditório se podemos abrir uma exceção? Para depois nós não repetirmos as exceções. Ok? Então, está convidada para usar a tribuna a Maria da Glória.

A SR<sup>a</sup> MARIA DA GLÓRIA - Não irei me delongar.

Quero cumprimentar a mesa, em nome do Senador Paulo Paim.

Quero dizer para vocês o seguinte: todas as falas que foram ditas aqui, principalmente, pelo nosso Superintendente do Ministério do Trabalho, deixou bem claro a realidade da terceirização. Isso ninguém nega.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**  
**30/2015, QUE TRATA DA TERCEIRIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 18 DE FEVEREIRO DE**  
**2016, ÀS 14H.**

---

Mas, eu gostaria de pedir para vocês que vocês refletissem comigo uma pequena fala do nosso outro Senador que foi dito aqui, ele disse que a terceirização seria favorável porque seria uma forma de modernizar a CLT.

Eu tenho aqui uma proposta para o auditório fazer, se for possível, até colocar lá na outra proposta: como é que não moderniza a CLT pedindo, então, que reduza a hora para quarenta horas semanais? Nós só vemos falar na modernização quando acaba com a única coisa que o trabalhador tem, que é a sua força de trabalho.

Eu queria aqui também, eu quase chorei na hora em que a Diretora da Superintendência Nacional dos Auditores Fiscais falou, a forma que o trabalhador rural falou, ele não soube nem pronunciar. E eu vou explicar por que, não é porque ele não soube pronunciar, não. Eu vou dar um exemplo para vocês: eu vou ficar aqui, vocês coloquem um papel pardo e me tampa aqui, vocês irão me ver ou irão ver só a parede? É isso o que acontece e vai acontecer com os trabalhadores assalariados rurais, porque a distância é muito grande, gente, a fiscalização não chega lá, precariamente ainda chega na cidade. Lá na zona rural, lá na fazenda, daqui a quatrocentos, quinhentos, mil quilômetros, lá em Confresa, mil trezentos e quarenta quilômetros, vai chegar a fiscalização lá para fiscalizar uma terceirização em uma fazenda, em uma usina?

Senador Paulo Paim, o senhor deveria ser multiplicado para vir pelo menos uma parte sua para Mato Grosso... (PALMAS). Deveria, gente, e eu vou dizer para vocês por que, com a minha simplicidade. O exemplo de terceirização no Estado reflete a essa mesa, reflete. Quem está na mesa, gente? Trabalhador! Cadê os empregadores? Os governos municipal e estadual estão aqui? Não interessam! Cadê a maioria dos Deputados?

E tem mais uma coisa, os Deputados que foram contra a terceirização correm sérios riscos aqui de serem enxotados pelos companheiros! Correm sérios riscos! Os Deputados que falaram que são contra a terceirização, na própria reunião deles vocês irão ver o que vai acontecer. Talvez não ficaremos sabendo, mas eles serão esmagados pelos demais. Porque quem tem coragem, vem aqui. Agora, os trabalhadores que têm necessidade não vêm aqui, vocês sabem por quê? O patrão não liberou, não. Vieram os representantes sindicais. Porque nós não somos empregados de ninguém, somos empregados do próprio trabalhador. Por isso que nós estamos aqui.

Senador Paulo Paim, parabéns, que Deus possa continuar te dando força e saúde, porque eu sei que lá no Congresso, a saúde de quem é igual ao senhor também acaba.

Muito obrigada! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PAULO PAIM) - Parabéns, Maria da Glória, que falou pelos assalariados rurais.

Pessoal, eu disse no início que esta é uma plenária livre e democrática, eu entendo que há ainda um tempo viável sem prejuízo para nós fazermos a gravação, que vamos fazer depois daqui, que tem uma síntese do que foi essa reunião para mandar para a *TV Senado* e ainda há tempo para eu deslocar para o aeroporto.

Teve também um companheiro acho que do Plenário, disse: “Paim, abre pelo menos para uns três ou quatro do Plenário como você falou no início” e eu achei justo o que ele falou.

Mas, como eu submeti ao Plenário, eu acho que cinco minutos cada um, pessoal, cinco minutos vai dar mais quinze minutos, nós vamos terminar assim mesmo às seis. Eu pergunto se é possível, para manter essa unidade, eu sei que vocês todos trabalharam muito para esse evento acontecer. Eu sei que nós chegamos do avião, viemos aqui, organizamos a reunião - organizamos eu digo no discurso - fazemos a fala e vamos embora, claro, levando a contribuição de vocês, mas

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 30/2015, QUE TRATA DA TERCEIRIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 18 DE FEVEREIRO DE 2016, ÀS 14H.

---

vocês que contribuíram para esse evento acontecer não podem sair daqui simbolicamente, e ele me fez: “Podemos sair daqui assim, Paim.” (O ORADOR FAZ GESTO DE CORTE COM AS MÃOS.)

O SR. PRESIDENTE (PAULO PAIM) - ... De jeito nenhum.

Nem que eu tenha que perder o avião, mas daqui o movimento não pode sair rachado. Tem que sair mais unido do que chegou, ok, pessoal? Vamos abrir para mais três, vocês concordam que com três dá para resolver?

Então, três entidades, tem que falar um por entidade. DETRAN, uma; CORREIOS, duas; e ADUNEMAT, três; fechou? Então, mais uma, quatro, Federação das Indústrias. Vamos lá então, quem é o primeiro? Você fala pelos Correios, seu nome para ficar aqui nos Anais.

Edmar Leite, fala pelos trabalhadores dos Correios, e também cinco minutos. Claro, peço para não exceder.

O SR. EDMAR LEITE - Boa tarde a todos os companheiros e companheiras que aqui estão, boa tarde a mesa. Meu nome é Edmar Leite, eu sou Presidente Estadual dos Sindicatos dos Trabalhadores dos Correios de Mato Grosso.

Senador, talvez o senhor não se lembre, mas nós fizemos três greves para garantir os 30% de adicional de risco para os carteiros ...

O SR. PRESIDENTE (PAULO PAIM) - E conseguimos, graças a pressão de vocês.

O SR. EDMAR LEITE - Conseguimos isso e essa fala minha vai justamente nesse sentido.

Eu quero começar aqui, porque nós estamos tendo, como a companheira que me antecedeu falou, nós temos aqui muitas representações, infelizmente os patrões obviamente não deixam os trabalhadores participarem neste espaço, mas eu quero começar citando aqui uma frase de uma música do grande Wilson das Neves, “o dia que o morro descer e não for carnaval”. É fundamental essa Audiência Pública, é fundamental ter no Parlamento uma resistência em prol dos trabalhadores, mas mais fundamental que isso, é fundamental que nós trabalhadores, representantes sindicais, que nós compremos essa briga na prática, por quê? O Parlamento expressa nada mais do que o resultado da luta de classes, que não é uma luta de classes, a classe dos patrões, a classe dominante tenta nos impor cada vez mais e mais a retirada de direitos em prol dos seus lucros, e nós trabalhadores vamos perder com isso.

Os Correios estão para ser privatizado, Senador Paulo Paim, infelizmente no Governo do PT, que se elegeu dizendo que não era esse o projeto. Então, nós aqui que representamos os trabalhadores temos que ter a sobriedade de como o senhor falou na fala do senhor, nem que seja preciso ficar contra meu governo, nós temos que defender o nosso papel que é o direito dos trabalhadores. (PALMAS)

Nós do movimento Intersindical, esse instrumento que nós construímos, instrumento de luta e organização da classe trabalhadora, no ano passado nós divergimos, éramos da CUT, divergimos da CUT, mas hoje estamos na estrada, brigando há muito tempo contra qualquer tipo de terceirização.

Brigamos muito contra as MPs 664 e 665, que infelizmente passaram, agora temos aí o ajuste fiscal, temos a reforma trabalhista, temos reforma da previdência e se nós não organizarmos os trabalhadores nas bases, lá nos locais de trabalho, no chão da fábrica, que é onde gera o valor novo, onde nós podemos colocar o ferrolho no sistema capitalista, porque é preciso esclarecer o que está acontecendo aqui. Tudo isso que estamos falando, que está nas nossas pastas, todo mundo sabe o que é: o interesse do sistema capitalista que agora está em crise, e para sair de

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 30/2015, QUE TRATA DA TERCEIRIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 18 DE FEVEREIRO DE 2016, ÀS 14H.

---

mais uma crise cíclica e periódica, ataca os direitos dos trabalhadores, é por isso que estamos nessa berlinda.

E não adianta só a briga no Parlamento, ela tem que se auxiliar, porque a principal tem que ser a luta no chão da fábrica, a luta no dia a dia. Se for necessário parar a produção e a circulação de mercadorias, porque a classe trabalhadora é muito forte, somos nós que produzimos toda e qualquer riqueza neste mundo, e nós temos que ter consciência disso, e puxar esse movimento com os trabalhadores. Por isso, Senador, que comecei falando da luta do adicional de 30%, nós fizemos três greves e elas foram essenciais. Vossa Excelência ajudou muito, fazendo a briga dentro do Governo, fazendo esse debate conosco, mas se não tivéssemos a greve, se não tivesse o enfrentamento, se não tivesse o embate da classe trabalhadora em movimento, nós não teríamos conseguido aquela vitória. E contra tudo que está aqui não adianta nós só colocarmos as faixas, nós só fazermos palavra de ordem, nós temos que organizar no chão da fábrica, por quê? No dia que fizermos isso, que o morro descer e não for carnaval, nós não teremos só conseguido barrar todas essas sacanagens que estão colocadas contra os trabalhadores, nós conseguiremos superar a sociedade de classes com o fim da exploração do homem pelo homem, e nós conseguiremos uma sociedade melhor, a sociedade socialista.

Firmes, companheirada!

O SR. PAULO PAIM - Edmar Leite, trabalhadores dos correios. Lembro-me de uma luta histórica. Lembro-me que negocie com o Lula pela última vez, num palanque num comício lá no Rio Grande do Sul. Eu disse: Lula, não dá, a moçada não voltará. Daí o Lula: “Não, vai lá e diga que vamos resolver”. Na segunda-feira, o Ministro das Comunicações foi ao meu gabinete e construímos uma saída, encaminhamos a vocês que estavam todos paradinhos, aí suspenderam a greve, e a conquista foi... E confesso, não tenho nenhuma dúvida. Não adianta eu e o Medeiros gritar, falar lá. Se não tiver pressão de fora para dentro, não acontece nada. Só conseguimos a conquista porque vocês estavam todos parados, isso é verdade.

Com a palavra, Daiane do SINETRAN. Eu só vou pedir pelos cinco minutos, que nós terminaremos no tempo combinado.

A SR<sup>a</sup> DAIANE RENNER - Boa tarde a todos e todas! Esse projeto de lei reúne uma tentativa de derrota histórica de um conjunto de direitos que a classe trabalhadora conquistou ao longo de um século de luta e de mobilização, de organização de base de local de trabalho, como o companheiro Edmar destacou aqui. É fundamental a responsabilidade, a obrigação e a necessidade de todos que se posicionam, de todos que compõem a nossa classe trabalhadora, de se posicionarem contrários esse projeto, isso daí é um fato.

Agora, realmente a terceirização não está surgindo com esse projeto de lei, não surgirá a partir daí a sua aprovação ou não. Ela já está acontecendo, já está se deitando, já está matando, acabando com a saúde e a vida dos trabalhadores em todos os cantos do Brasil.

E isso aqui no nosso Estado também é latente. Nós já tivemos aí alguns comentários em relação à luta que nós estamos travando neste momento, inclusive, em relação à tentativa de terceirização da vistoria veicular do DETRAN. Nós estamos aí com esta batalha, um projeto de lei que foi apresentado no apagar das luzes pelo Governo do Estado, às vésperas do recesso legislativo de 2015, e num tentativa de votar ainda nas sessões extraordinárias do início do ano aqui da Assembleia Legislativa.

Um projeto de lei absolutamente inconstitucional, ilegal, imoral e que já foi manifestado em todas as instâncias, Procuradoria-Geral da República, Procuradoria-Geral da União, Controladoria-Geral da União, Ministério Público Federal, todos já se manifestaram contrários a estas tentativas de terceirização em todo Brasil.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**  
**30/2015, QUE TRATA DA TERCEIRIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 18 DE FEVEREIRO DE**  
**2016, ÀS 14H.**

---

Então, estamos neste momento fazendo uma luta prática aqui no Estado, travando uma discussão aqui na Assembleia Legislativa que está sendo bastante difícil, inclusive. Tivemos uma Audiência Pública, na última terça-feira, e foi orientado pela reprovação do Projeto por unanimidade dos presentes. Estamos enfrentando um Governo Estadual extremamente truculento, e incapaz de respeitar e conviver com a organização dos trabalhadores. (PALMAS)

Um Governo que persegue a organização sindical, um Governo que tenta impor derrotas em direitos que nós temos conquistado nos últimos anos. Não temos mais nem o mínimo garantido por este Governo do Estado. Então, realmente cabe ao movimento sindical se organizar na luta prática, na luta diária, porque muitos mais ataques virão.

O Governo do Estado de Mato Grosso defende abertamente a privatização em todos os setores. A representação do Governo deixou bem claro na última Audiência Pública que vai, sim, terceirizar; e, mais do que isso, que há uma afronta direta, e um combate direto à organização livre dos trabalhadores. As palavras são exatamente essas, quem fizer greve vai ser respondido com terceirização; quem fizer greve vai ser respondido com tentativa de golpe e desarticulação do movimento sindical.

E a nossa categoria é uma que tem estado mobilizada desde o início do ano passado de forma permanente contra toda tentativa de retirada de direitos. E estamos agora e temos mais uma batalha que, com certeza, com a luta, organização e pressão, sairemos vitoriosos, mas para isso é necessário que todo o movimento sindical do Estado se organize e atue realmente com a base em defesa dos direitos e contra os golpes contra os servidores.

Então, eu acho que esta Audiência Pública é fundamental, principalmente, se tratando do nosso Estado, que está passando por um momento muito crítico, e vai passar por situações ainda piores, caso não haja uma reviravolta no sentido de organização e luta prática de todos os trabalhadores do Estado. Então, o nosso encaminhamento, o nosso posicionamento, enquanto categoria do DETRAN, enquanto intersindical, é contra tanto o Projeto de Lei das terceirizações que corre no Congresso Federal como todo e qualquer tipo de terceirização, que já vem acontecendo e que já vem retirando os direitos dos trabalhadores.

Obrigada! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PAULO PAIM) - Muito bem, Daiane, do SINETRAN.

De imediato, Ronei de Lima, Presidente da Federação dos Trabalhadores da Indústria.

O SR. RONEI DE LIMA - Boa tarde a todos e a todas!

Eu quero cumprimentar o Senador Paulo Paim. E dizer fazendo coro com a Glorinha, que é o nosso Senador, o meu Senador da República dos Trabalhadores do Movimento Sindical Brasileiro, seja bem-vindo a Mato Grosso; em nome do companheiro Calixto, quero cumprimentar todos os companheiros da Nova Central Sindical de Trabalhadores e das demais sindicais aqui.

Quero dizer que a nossa força de trabalho não é mercadoria e que o processo produtivo não pode diminuir garantias sociais.

Essa forma que estão querendo fazer aqui, que é o fatiamento das empresas, é uma das questões fundamentais da organização sindical, que é a categoria profissional, porque se quebrarmos a categoria profissional numa única empresa, com esse fatiamento, nós temos dez, quinze empresas, como é que o movimento sindical vai se comportar? Como hoje nós temos uma empresa com cem funcionários, com cento e cinquenta... Nós estivemos lá, como ainda podemos adentrar a empresa, fazer uma assembleia, fizemos dentro da empresa, porque é uma questão que

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**  
**30/2015, QUE TRATA DA TERCEIRIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 18 DE FEVEREIRO DE**  
**2016, ÀS 14H.**

---

temos que verificar também, porque o movimento sindical muitas vezes não consegue nem entrar nas fábricas, nas empresas, para fazer a sua filiação.

Então, o que quero dizer com isso? Esse fatiamento, da forma como querem fazer, tira a nossa categoria profissional, e com isso nós não vamos ter como garantir várias questões importantes de luta, de organização dos trabalhadores.

A questão da responsabilidade para passar para um terceiro, Senador Paulo Paim. Isso é piada de mau gosto com os trabalhadores e trabalhadoras. Passar a responsabilidade de um acidente de trabalho, e isso, em meu modesto entendimento, é para proteger as marcas que eles têm que valem fortunas e milhões, porque eles vão passar a responsabilidade para as empresas terceirizadas. E é aquilo que sempre escutamos: foi uma empresa terceirizada, foi na empresa terceirizada que o trabalhador morreu.

Muitas vezes, essas pessoas que estão nessa empresa... É uma empresa de baixo do braço, com todo respeito, um batalhador que está ali que não consegue entender nem o contrato do trabalho que está desenvolvendo lá.

Então, pessoal, a Federação dos Trabalhadores, a Nova Central Sindical de Trabalhadores do Estado de Mato Grosso é contra, é radicalmente contra a PEC n° 30.

Muito obrigado.

Um grande abraço!

Leve o nosso abraço de Mato Grosso, Senador Paulo Paim. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PAULO PAIM) - Obrigado, Ronei de Lima, Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias, reafirmando a posição contra o projeto.

Com a palavra, o Sr. Domingos Sávio Garcia, da ADUNEMAT.

Depois da fala do Domingos, nós vamos à leitura da carta e vamos encerrar, pessoal.

O SR. DOMINGOS SÁVIO GARCIA - Companheiros e companheiras, eu quero inicialmente cumprimentar o companheiro Senador Paulo Paim por estar aqui em Mato Grosso, em nome do qual cumprimento os demais membros da mesa.

Evidentemente que o PLC 30 está inserido, companheiro Paulo Paim, num conjunto de medidas e ataques aos direitos dos trabalhadores, do povo e da nação brasileira. Está aí o PLC 30, está aí a reforma da Previdência, está aí o ajuste fiscal, está aí o aumento na taxa de juros, está aí uma série de propostas e de projetos que procuram desvincular receitas que hoje dão manutenção à saúde, à educação pública, que são fundamentais para o povo trabalhador deste País.

Tudo isso, evidentemente, se junta à questão da PETROBRÁS, do Pré-sal, do projeto de Serra, de privatizar empresas estatais, ou seja, um conjunto de medidas que, na verdade, tem como pano de fundo maximizar os lucros do capital através da redução do custo do trabalho e da transferência de riqueza daqui para o capital internacional.

Muito bem, companheiros, essas propostas se traduzem em medidas concretas. Por exemplo, Senador Paulo Paim: aqui em Mato Grosso, o Governo do Estado - como já foi testemunhado aqui pelos que me antecederam - e várias prefeituras se apoiam na Lei de Responsabilidade Fiscal para terceirizar serviços que são de responsabilidade do Estado, com o argumento de que a Lei de Responsabilidade Fiscal impede que sejam contratados servidores, que sejam contratados serviços que são de responsabilidade da prefeitura. Com isso, eles terceirizam, precarizam em escala municipal e em escala estadual.

A companheira que é servidora da SECITEC, da Secretaria de Ciência e Tecnologia... Por exemplo, nas escolas técnicas estaduais em Mato Grosso, uma boa parte dos

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 30/2015, QUE TRATA DA TERCEIRIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 18 DE FEVEREIRO DE 2016, ÀS 14H.

---

professores é terceirizada pela Secretaria de Ciências e Tecnologia. São precarizados. Dessa forma, direitos dos trabalhadores do serviço público do Estado de Mato Grosso vão para o ralo.

A companheira do DETRAN já deu testemunho da luta travada aqui no DETRAN, e isso se espalha de forma generalizada por vários setores do serviço público do Estado e, de forma generalizada, nas prefeituras.

Com isso, essas medidas, na verdade, que aparentemente são medidas gerais, elas vão atingir diretamente o cotidiano da vida dos trabalhadores.

Então, é um debate importante porque, por vezes, esses projetos passam como se fosse algo genérico. Não são. Eles são concretos e tem tradução na vida concreta dos trabalhadores.

Na minha Universidade, a Universidade do Estado de Mato Grosso, todo setor de serviços, todo o setor de apoio, todo o setor de transporte é terceirizado e precarizado. A cada ano troca a empresa e os trabalhadores são mandados embora, ou a cada noventa dias trocam-se os trabalhadores.

Nós sabemos que isso é uma prática cotidiana no setor privado, mas agora se torna uma prática cotidiana no setor público, em particular nas prefeituras e nos governos estaduais. A justificativa é o ajuste fiscal, é a Lei de Responsabilidade, ou seja, esse projeto de lei da terceirização está conectado com um conjunto de propostas, com um conjunto de ações que todo trabalhador tem que tomar conhecimento e lutar contra, porque no fundo se liga diretamente nos interesses do grande capital.

Então, é essa questão que eu queria colocar aqui.

Quero parabenizar a iniciativa, Senador, e tenho certeza de que o povo trabalhador, os trabalhadores e os sindicalistas de Mato Grosso estarão juntos combatendo vigilantes em torno dessa proposta e de outras medidas que acabam com os direitos dos trabalhadores aqui no Brasil.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PAULO PAIM) - Muito bem, Domingos, quero cumprimentá-lo porque você também fez uma discussão abrangente, não fez crítica só a este ou àquele governo. Fez críticas ao Governo Federal, fez ao Estadual, fez aos Municípios, mostrando que há um ataque generalizado aí contra os trabalhadores e nós somos contra, seja da União, seja do Estado, seja do Município.

Pessoal, neste momento nós vamos fazer a leitura da carta, pelo Deputado Estadual Pedro Satélite... Ah, ele saiu. Quem fará a leitura... O Deputado Pedro Satélite foi quem abriu os trabalhos, eu estou com todos os documentos aqui em mãos, mas quem fará a leitura será o Deputado Altir Peruzzo.

Com a palavra, o Deputado Altir Peruzzo, para proceder à leitura da carta.

O SR. ALTIR PERUZZO - Pois não, nobre Senador, carta esta que deverá ser aprovada e assinada...

O SR. PRESIDENTE (PAULO PAIM) - Isso, será votada por todos nós e todos que estiveram presentes são partes deste documento.

O SR. ALTIR PERUZZO - Bom, vamos lá:

“Carta de Mato Grosso contra a terceirização

O Senador Paulo Paim, o Fórum Nacional em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores ameaçados pela terceirização e todas as entidades aqui reunidas em Audiência Pública proposta pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal e da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso afirmam seu repúdio ao atual texto aprovado pela Câmara dos Deputados relativo ao PL 4.330/2004, agora nominado no Senado Projeto de Lei

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 30/2015, QUE TRATA DA TERCEIRIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 18 DE FEVEREIRO DE 2016, ÀS 14H.

---

Complementar nº 30/2015, que corresponde a uma radical reforma trabalhista supressora dos direitos conquistados na luta, sob o eufemismo da contratação de empresas especializadas. No limite, teremos empresas sem empregados e trabalhadores sem direito.

A defesa do projeto fundamenta-se na geração de postos de trabalho, quando as evidências empíricas demonstram o contrário, e que a criação destes é resultado do dinamismo econômico, além disso, se apoiam na tese de maior eficiência e ganhos de produtividade para justificar essa forma de contratação predatória.

Entretanto, o que se observa é que a terceirização institui uma nova dinâmica degradando o trabalho, interferindo nas relações de solidariedade entre os trabalhadores e fragmentando a organização sindical.

Essa realidade se aprofundará com a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 30 que, ao estender a terceirização para todas as atividades da empresa, permite que esse trabalho possa ser executado através da contratação de cooperativas, de pessoas jurídicas, empresas individuais, OSCIP's e empresas ditas 'especializadas', além de permitir a quarteirização.

Todos os estudos demonstram que a prática da terceirização é indissociável de menores salários, jornada de trabalho prolongada, maior rotatividade, exposição a maiores riscos e a acidentes no ambiente de trabalho, ou seja, essa forma de contratar expõe o trabalhador a situações de humilhação, insegurança e de perda de identidade de classe. Portanto, a sua principal motivação é a redução de custos e a pulverização de formas legítimas de organização dos trabalhadores.

Na prática, o Projeto de Lei Complementar nº 30 joga a CLT no lixo. Ataca os direitos dos trabalhadores. Não se trata apenas de um ataque às conquistas históricas da classe trabalhadora, é também contra toda a sociedade brasileira, que vivenciará, caso o projeto seja aprovado, uma forte redução no mercado interno, com impactos diretos sobre a geração de empregos, paralisando o processo de distribuição de renda e de redução das desigualdades.

O projeto de lei complementar nº 30/15, a despeito de prometer a efetividade dos direitos trabalhistas, serve na verdade para dividir ainda mais a classe trabalhadora até o ponto de impossibilitar a sua organização e mobilização sindical, promovendo a perda de direitos.

Portanto, a luta dos trabalhadores e da sociedade não deve ser pela modificação do projeto de lei, mas por sua total rejeição. Desta forma, os e as mato-grossenses aqui reunidos externam o seu mais absoluto repúdio ao texto aprovado, esperando que o Senado seja capaz de refletir seriamente sobre o tema, barrando a aprovação desse grande ataque à classe trabalhadora e à sociedade brasileira, propondo uma nova regulamentação condizente com os direitos e conquistas dos trabalhadores.

Cuiabá, 18 de fevereiro de 2016.” (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PAULO PAIM) - Pessoal, nós teremos dois momentos agora, eu espero que ninguém saia do espaço aqui.

O primeiro momento vai ser da votação, mas depois de votar, nós vamos tirar uma foto coletiva com todos que estão presentes, uma turma vai ficar aqui e a outra aqui em cima. Porque isso vai para o livro que nós estamos providenciando que vai ser articulado pela CSPB e claro com o apoio de todo o movimento sindical. E também para um filme que vai contar essa cruzada em nível nacional que começou em Minas Gerais e vai terminar em Goiás, passando pelas vinte e sete unidades da federação.

Então, agora vamos ao voto. Aqueles que concordam com o teor da Carta de Mato Grosso, por favor, levantem o braço. É o Plenário que vota. Os dois Senadores não votam, porque nós estamos aqui representando a Comissão.

Eu estou aqui com certa dúvida, me ajudem aí.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 30/2015, QUE TRATA DA TERCEIRIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 18 DE FEVEREIRO DE 2016, ÀS 14H.

(O PLENÁRIO SE MANIFESTA: “NÃO, NÃO, NÃO À TERCEIRIZAÇÃO! NÃO, NÃO, NÃO À TERCEIRIZAÇÃO!”)

O SR. PRESIDENTE (PAULO PAIM) - Pessoal, é a idade, eu quando fiquei na fila hoje - o Calixto não gosta que eu conte essa história, mas eu vou contar -, eu fiquei na fila da entrada dos privilegiados, tinha que ter mais de sessenta, eu tenho mais de sessenta. Um senhor me disse: “Que idade o senhor tem, Senador?” Eu disse que estava fazendo sessenta e seis, agora dia 15 de março, “não acredito” e eu tive que mostrar o documento.

Estou explicando isso, já tenho 66, eu tenho problema de visão, pra mim não está claro no plenário. Então, levantem os dois braços quem for contra a terceirização.

(TODA A PLATEIA LEVANTA OS BRAÇOS.)

O SR. PRESIDENTE (PAULO PAIM) - Agora está, agora tem a segunda votação, os que forem favoráveis ao PL que veio da Câmara Federal da terceirização podem levantar os dois braços.

(NINGUÉM DA PLATEIA SE MANIFESTA.)

O SR. PRESIDENTE (PAULO PAIM) - A abstenção se manifesta.

Então, pessoal, aprovado por unanimidade a Carta de Mato Grosso contra a terceirização. (PALMAS)

Pessoal, eu vou terminar e não vou falar mais do que um minuto para ganharmos tempo, só para agradecer muito, muito. Quando nós saímos de Brasília, vocês podem crer, de coração, que nós ficamos numa expectativa... Vai a Roraima, vai a Goiás, vem hoje aqui em Mato Grosso, se de fato o nosso povo estará presente. Olha, mas em cada Estado que eu chego e aqui, Max, não foi diferente, nós entramos e vemos a presença maciça das lideranças. E pode saber, pessoal, para uma luta como essas, se dissessem: “Paulo Paim, vamos fazer tudo de novo?”, eu faria tudo outra vez, porque a causa merece e vocês são sujeitos dessa batalha.

Eu tenho certeza, mas tenho certeza de que nós não perderemos esse embate que estamos construindo nesse tema, do negociado contra o legislado, e eu tenho um grande receio de que eles vão vir em cima de querer aproveitar que vai prevalecer a livre negociação e a CLT vai ficar de lado.

Nós vamos travar de novo o combate, vamos travar o combate no trabalho escravo, como vamos travar o combate na RN12, que é para tirar as formas de proteção do trabalhador, como vamos travar o bom combate na reforma da previdência e na reforma trabalhista. Se vierem, pode saber, pessoal, que a energia com que saímos daqui, essa comitiva que aqui me dou a liberdade de falar em nome dela, e vocês que estão lá em Brasília, estão nas ruas, estão num ato como este, fortalecem a vida da gente.

Eu sempre digo que as causas que nós defendemos é que dão energia para a vida da gente. Um homem público que não tem causa não entendeu ainda a razão da própria vida ou por que ele está lá. O que nos alegra, nos anima, porque saio daqui, vou para outra reunião, não só eu como a equipe toda aqui, vamos gravar primeiro, vamos pegar o avião, vamos para Campo Grande, de Campo Grande vamos para Brasília, na semana que vem já vamos para outros dois estados. E é por que a causa é justa, pessoal, e se a causa é justa e nós nos agarramos nela, a causa se agarra em nós e ela não sai. Por isso, a vitória será certa.

Um abraço a todos vocês!

Está encerrada a Audiência Pública. Vamos a nossa foto coletiva.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR  
30/2015, QUE TRATA DA TERCEIRIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 18 DE FEVEREIRO DE  
2016, ÀS 14H.

---

**Equipe Técnica:**

- Taquigrafia:
  - Donata Maria da Silva Moreira;
  - Isabel Luiza Lopes;
  - Dircilene Rosa Martins;
  - Luciane Carvalho Borges;
  - Tânia Maria Pita Rocha.
  - Amanda Sollimar Garcia Taques Vital;
  - Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
  - Cristina Maria Costa e Silva.
- Revisão:
  - Ivone Borges de Aguiar Argüelio;